

O Fórum Social Mundial.

“Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro”

(E. P. Thompson, 1981, p. 58).

O fenômeno do Fórum Social Mundial ¹ acontece há mais de uma década pelos países do Sul do planeta, retratando um movimento de contestação à expansão do modelo econômico neoliberal e seu efeito hegemônico sobre as sociedades, economias, culturas e indivíduos. A passagem acima permite a reflexão sobre o lugar no qual este fenômeno mundial se insere diante das profundas questões sociais que permanecem obscurecidas e inacabadas no início do século XXI, em particular, a permanência do conflito entre os ideais de liberdade e igualdade por meio do privilégio, pela ação dos governos nacionais e organizações internacionais, de políticas que favoreçam a liberdade econômica em detrimento do desenvolvimento social igualitário e inclusivo. O problema, em geral, caminha em direção à sua própria superação, num movimento dialético já bastante conhecido para as teorias sociais da modernidade². Neste sentido, entende-se o surgimento do FSM como um movimento oriundo da necessidade de resistência política e social frente às consequências negativas geradas pelo capitalismo neoliberal a partir de sua forte implementação nas últimas décadas do século XX.

¹ A partir deste momento no texto, o termo *Fórum Social Mundial* será abreviado como FSM, como ele é amplamente utilizado na literatura específica, com o objetivo de proporcionar mais dinamismo à leitura.

² O conceito filosófico da dialética, desenvolvido por Hegel, porém redefinido por Marx para fundamentar sua teoria social histórico-estrutural, significa o movimento contínuo de seqüência entre *tese*, *antítese* e *síntese*, conforme o desdobramento histórico dos sistemas produtivos por meio dos quais a humanidade vem se estruturando desde suas primitivas formas de organização coletiva até a atualidade.

Assim, com o intuito de encontrar novos caminhos para o desenvolvimento econômico e social dos países em todo o mundo, o FSM restabelece a possibilidade de fazer emergir no cenário político, estacionado por décadas sobre a crença em um “caminho único” definido pelo sistema capitalista de mercado, novas utopias e propostas societárias baseadas em formas comunitárias de regulação da vida social que priorizem a igualdade real e a dignidade humana. Assim, originado como resposta ao problema que quer solucionar, o FSM aponta para novas direções e busca contribuir concretamente para que elas sejam alcançadas.

A primeira década do século XXI nos chega repleta de questões sociais ainda não resolvidas, impasses entre modelos excludentes de desenvolvimento e a crescente necessidade e demanda por inclusão social. A onda neoliberal que se fixou no cenário econômico na última década do século anterior ³, somada à queda permanente do sistema socialista como alternativa societal, determinou a configuração de uma nova *hegemonia* ⁴ do sistema mundial dirigida pela potência econômica dos Estados Unidos da América. (ARRIGHI, 1994). Em grande medida, esta “nova ordem” vinha afirmar uma percepção largamente aceita de que o modelo econômico capitalista unido à prática democrática, por representarem a vitória da liberdade individual perante as tentativas de sua supressão, seria o caminho óbvio e mais desejado de regulação das relações e instituições sociais.

A passagem de uma conjuntura bipolar, como se estruturava o sistema mundial durante o longo período de oposição entre capitalismo e socialismo, para um mundo unipolar, como este se tornou, predominantemente, a partir da década de 1990 ⁵, não esteve acompanhada da manutenção de um ciclo econômico capitalista longo e expansivo, mas sim de um ciclo recessivo do sistema (SADER,

³ O Consenso de Washington em 1989 é considerado o momento que marca a intensificação oficial das políticas neoliberais.

⁴ O conceito de *hegemonia* utilizado por Arrighi (1994), sob a inspiração das teorias de Gramsci, advém do debate sobre a *teoria do sistema-mundo* desenvolvido a partir da reflexão de Braudel em “Civilização Material, economia e capitalismo” (1995) e continuado por Immanuel Wallerstein num conjunto de obras sobre o moderno sistema mundial, além de outros sucessores. Em seu livro, Arrighi retoma as observações empíricas de Braudel sobre a história européia por meio das quais ele afirma a existência de *ciclos de acumulação*. Os ciclos perduram entre 150 e 200 anos e se caracterizam por uma forte concentração de capital numa região geográfica que exerce a hegemonia sobre o sistema mundial de seu tempo (as cidades-estado italianas e hanseáticas nos séculos XIV a XVI; a nação holandesa sob a liderança de Amsterdã nos séculos XVII e XVIII; o Estado Nacional e imperial inglês, nos séculos XVIII a XX; a nação continental norte-americana no século XX).

⁵ A queda do Muro de Berlim em 1989 tornou-se o grande marco representativo do processo de enfraquecimento dos governos socialistas pelo mundo.

2005). A economia capitalista enfrenta sucessivas crises, gerando altos índices de desemprego e criando novas formas de exclusão social e discriminação étnica e cultural. À situação de recessão econômica somou-se, ainda, a substituição do modelo econômico keynesiano regulador para o modelo neoliberal, de forma a buscar modos de sobrevivência e reestruturação do capitalismo. Assim, a desregulação da proteção social e o aprofundamento das desigualdades contribuíam diretamente para o prejuízo da cidadania, mesmo naquelas sociedades nas quais haviam se firmado tais direitos.

As conseqüências desta transformação, entretanto, longe de significarem realidades sociais de caráter integrativo, demonstraram-se um meio de garantir abundância e prosperidade para uma minoria de beneficiados do sistema e, na contramão da promessa de crescimento, criando pobreza e miséria para uma grande parcela da população mundial situada nas margens sócio-econômicas do sistema. Assim, todo um processo de conquistas de proteção da sociedade frente às ferozes forças do mercado viu-se ameaçado pela desregulação social em países centrais e pelo aprofundamento das desigualdades em contextos periféricos.

As conseqüências ambientais do processo desenfreado de produção material para o consumo, equação insustentável do modelo produtivo capitalista, fazem-se extremamente visíveis e irreversíveis diante dos profundos comprometimentos já realizados sobre a natureza, seus recursos, seu equilíbrio e sua sustentação. Os efeitos deste desequilíbrio estão aparecendo gradualmente, entre tragédias ambientais monumentais e graves injustiças sócio-ambientais que vitimizam milhares de pessoas em todo o planeta. A grave crise ambiental ameaça civilizações inteiras deixando rastros de destruição por onde seus efeitos mais incontroláveis já se fizeram sentir e semeando a incerteza em relação ao futuro das atuais e das próximas gerações (BOFF, 2002).

Atentos, porém, ao movimento de afastamento progressivo da promessa capitalista frente à realidade social cada vez mais comprometida, as forças e organizações da sociedade civil mundial vêem-se diante de um papel extremamente importante na definição dos rumos societários, sendo que, desta vez, suportados pela existência prolongada da democracia política, algo que permite e incentiva a ação coletiva politicamente orientada e portadora de demandas sociais configuradas legitimamente.

É neste contexto que nasce o Fórum Social Mundial (FSM), como um espaço de oposição ao modelo hegemônico neoliberal e com o objetivo de fomentar a construção de modelos alternativos de desenvolvimento. Em 2001, na ocasião da realização de sua primeira edição, assim como se perpetuou em quase todas as demais edições, a data escolhida para seu desenrolar foi estrategicamente definida para coincidir com a realização do Fórum Econômico de Davos (pequena e luxuosa estação de ski da Suíça), que se auto intitulava o Fórum Econômico Mundial, considerado pela grande crítica da sociedade civil como um espaço simbólico de afirmação e manutenção das políticas neoliberais no qual participavam os empresários e governantes dos países mais ricos ⁶. Esta escolha simbólica, portanto, demonstra o real objetivo do FSM, na medida em que, segundo seus idealizadores, diante de uma hegemonia geradora de desigualdades e injustiças sociais, cria-se a urgente necessidade de encontrar um novo modelo de desenvolvimento comprometido com as velhas e novas questões sociais. “Um outro mundo é possível”, afirma o subtítulo criado pelos organizadores do FSM, o que expressa exatamente aquilo em que acreditam e querem realizar com esta iniciativa de mobilização internacional.

4.1

Histórico do processo Fórum Social Mundial.

Embora o ano de 2001 represente o início oficial da realização do FSM, sua concretização foi fruto de um longo processo anterior de reflexões, debates e ações ora integradas, ora fragmentadas, acerca do objetivo de unificar agendas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil em torno de um “inimigo” comum, manifestado na hegemonia do modelo capitalista neoliberal. Francisco Whitaker, um dos idealizadores do FSM e ainda membro do Comitê Internacional

⁶ O FSM se refere ao Fórum de Davos da seguinte maneira: “Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de 1.000 empresas multinacionais.”

de apoio ao Fórum, credita o nascimento deste evento de proporções mundiais à rápida resposta de inúmeras organizações à proposta de organização de um espaço de oposição ao Fórum de Davos.

Conforme seu testemunho, Whitaker verifica a pré-existência de iniciativas pontuais que antecederam o FSM cujo caráter denunciativo ao Fórum de Davos já estava presente. Entretanto, tratavam-se de ações pulverizadas no cenário internacional, entre mobilizações de massa e debates de economistas e universitários, sem vislumbrar, contudo, o alcance que todo este potencial de movimentação “anti-davos” poderia suscitar. Segundo ele, o início mais concreto deste cenário origina-se no ano de 1998 a partir de um movimento de forte oposição à proposta de um Acordo Multilateral de Investimentos – mais conhecido como AMI ou, em inglês, como MAI – desenvolvido pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e que seria assinado pelos países mais ricos para depois ser “proposto”⁷ aos demais países do mundo. Segundo Whitaker, este acordo vinha sendo discutido em segredo com a pretensão de passar a ser uma espécie de “Constituição mundial do capital”, pois tinha como objetivo geral reduzir a capacidade dos Estados de intervir em assuntos sociais e ambientais em prol do livre comércio. A proposta, entretanto, veio a público por meio da denúncia feita no jornal francês *Le Monde Diplomatique* cujo diretor, Bernard Cassen, era também o presidente da ATTAC (Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos), uma instituição comprometida com a redistribuição de renda em prol da sociedade por meio da taxação das transações financeiras do capital especulativo. A reação ao conteúdo extremamente prejudicial às questões sociais que este acordo continha fez surgir um movimento social internacional de protesto composto por 1.387 organizações não-governamentais, sindicatos, ambientalistas, etc., que, no final de 1998, levou a França a se retirar das negociações, o que acabou por impedir que ele fosse celebrado. Dentre os lemas da manifestação constavam dizeres como: “The world is not for sale”; “No globalization without

⁷ Segundo Whitaker (2001), o termo proposto poderia facilmente ser substituído pelo termo *imposto*, devido ao fato das decisões tomadas pelo bloco de países mais ricos ser imediatamente adotada como uma espécie de “lei” pelo sistema do mercado internacional, configurando uma balança de poder completamente tendenciosa e impositiva.

participation”; “We are citizens, not only consumers”; “Trade: clean, green and fair”, dentre outros ⁸ (PORTA, 2007, p.08).

A partir deste fato inaugural, algumas mobilizações subseqüentes de grande porte que merecem destaque (as que ficaram mais famosas pelas repercussões que tiveram na mídia) foram a de Seattle contra a OMC (Organização Mundial do Comércio), a de Washington contra o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial e a de Praga, que levou os representantes de governos ali reunidos a encerrarem seu encontro um dia antes do previsto. Seriam, todas elas, um tipo específico de manifestação chamado “anticúpulas”, que se intensificou no início da década de 1990 diante do aumento das realizações das cúpulas comerciais internacionais, proporcionado pelo fortalecimento das diretrizes neoliberais, às quais se tornam seus opositores imediatos.⁹ A manifestação de Seattle (1999), em particular, sendo a primeira delas, foi considerada por seus próprios organizadores como um momento de virada e ponto culminante no processo de integração de grupos e organizações de várias partes do mundo como operários e camponeses, consumidores e ecologistas, igrejas, feministas, pacifistas e defensores dos direitos humanos, tanto do norte como do sul. Este processo de integração das demandas e lutas sob uma bandeira unificada anti-liberal representa o princípio do estabelecimento de um *movimento social global*, cujo mote central está no repúdio às conseqüências negativas da globalização neoliberal, aos seus métodos destrutivos e injustos de acumulação da riqueza e na busca permanente de alternativas e ela (PORTA, 2007).

A partir desta sucessão de acontecimentos, portanto, a necessidade de ações mais concretas de oposição frente à hegemonia do capital tornou-se mais nítida diante de alguns atores da sociedade civil que decidiram se mobilizar para a criação de um encontro de dimensão mundial que contasse com a participação de todas as organizações que vinham se articulando nos protestos de massa, com ênfase na questão social. Assim, surgiu a idéia do Fórum *Social* Mundial, como contraponto direto ao Fórum *Econômico* Mundial. Para os idealizadores do

⁸ Respectivamente: “O mundo não está à venda”; “Não à globalização sem participação”; “Somos cidadãos e não apenas consumidores”; “Comércio: limpo, verde e justo”.

⁹ O termo *cúpula* ganha notoriedade por fazer menção ao grupo de países mais poderosos do mundo que constituem o chamado G-8, o grupos dos 8 países dominantes da economia mundial constituídos por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá, acrescentando-se, oficialmente, a Rússia a partir de 1997.

evento, segundo Whitaker, ele deveria ser realizado no chamado “Terceiro Mundo” e a sugestão do país sede ser o Brasil foi aceita imediatamente pelo fato de este ser um país com condições suficientes para suportar um evento destas proporções e, também, por reunir um forte e diversificado tecido associativo de cunho anti-liberal. Sem a necessidade de detalhar o processo pelo qual os atores envolvidos na organização do evento passaram até sua realização, basta apresentar o conjunto de organizações da sociedade civil de diversas naturezas que estiveram mobilizadas para este fim, formando um comitê organizador brasileiro. Este primeiro comitê exibia, portanto, a seguinte constituição (2001):

- ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais;
- ATTAC (SP) - Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos;
- CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB;
- CIVES - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania;
- CUT - Central Única dos Trabalhadores;
- IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas;
- CJG - Centro de Justiça Global;
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Assim, com o apoio dos governos do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre, realizou-se em 2001, nesta cidade, o primeiro FSM que contou com a participação de aproximadamente 20.000 pessoas oriundas de 117 países.

O sucesso evidente do encontro, além de expressa pela forte adesão de organizações sociais de todo o tipo e de um número expressivo de observadores, pesquisadores, intelectuais, gestores públicos e curiosos, desdobrou-se na demanda por sua continuidade pelos anos seguintes. Com este fim, o Comitê Organizador do FSM no Brasil produziu uma Carta de Princípios¹⁰ de maneira a definir as diretrizes e os valores fundamentais sobre os quais sua condução deveria se basear, visando a preservação deste espaço como um processo

¹⁰ A Carta de Princípios será analisada adiante pormenorizadamente, com vistas ao entendimento sociológico de seu conteúdo e de seus objetivos.

permanente de busca de alternativas societárias e aberto à multiplicidade e diversidade de propostas.

Ainda, com o objetivo de viabilizar a articulação do Fórum em nível internacional e incitar seu processo de ampliação pelo mundo afora, formou-se, na própria ocasião do evento em 2001, um Conselho Internacional (CI), constituído por redes, movimentos sociais e organizações de todo o mundo cujo trabalho e experiência confluem pela construção de alternativas à globalização neoliberal. Sua criação demonstra o objetivo expresso pelo comitê organizador e amplamente aceito pela sociedade civil mobilizada para o evento de caracterizar o FSM como um *processo* permanente e de longo prazo para a construção de “um movimento internacional aglutinador de propostas alternativas ao neoliberalismo e por uma nova ordem social” (2001). O CI tornou-se, assim, uma instância política e operacional do FSM, atuando na definição dos seus rumos estratégicos e, por meio da ação do Secretariado Internacional (SI – inicialmente composto pelo antigo comitê organizador brasileiro)¹¹, atuando em outras atividades de caráter organizativo com o objetivo de tornar possível a *mundialização* deste processo e garantir sua longa e duradoura vida. Sua composição é extensa e passou de 55 instituições em 2001 para 168 em 2011¹². Nota-se, portanto, que este considerável acréscimo de novos membros do CI transpõe a ampliação progressiva do processo FSM, alcançando outros continentes e difundindo-se em fóruns sociais de menor porte em âmbitos locais, nacionais e regionais. Como era objetivo explícito dos organizadores de sua primeira edição, a necessidade de enraizamento das propostas e práticas trazidas pelo FSM não poderiam apenas limitar-se à realização anual de seu evento centralizado. Portanto, considerado apenas um pontapé inicial ao processo que pretendia desencadear, o FSM 2001 foi seguido pelo adensamento da movimentação social em todo o mundo com vistas a difundir este propósito global. A realização de fóruns sociais regionalizados por todo o mundo acompanha, assim, desde o início e até o momento atual, o processo FSM,

¹¹ A criação do SI está ligada à necessidade operacional para a realização do FSM. Como as primeiras três edições foram sediadas em Porto Alegre (RS), sua composição esteve restrita, nestes anos, ao antigo comitê organizador brasileiro. A partir de 2004, com a realização do FSM em Mumbai (Índia), dá-se a ampliação do SI pela entrada de membros do CO indiano. Esta prática de incorporar membros dos diferentes COs a partir da difusão internacional do FSM continua sendo uma opção política importante para a democratização deste espaço executivo.

¹² A listagem completa segue em anexo a este trabalho.

tendo se tornado uma prática essencial para os desdobramentos e continuidade dos encontros centralizados.

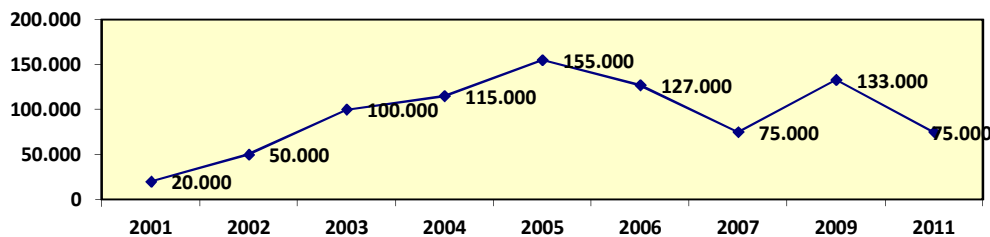
Na busca por uma compreensão mais objetiva do que se trata o processo do FSM, pode-se defini-lo como o conjunto de fóruns – mundiais, temáticos, regionais, sub-regionais, nacionais, municipais e locais – que se organizam de acordo com sua Carta de Princípios. O FSM não está confinado aos seus grandes encontros centralizados, mas também inclui todos os outros fóruns que se reúnem paralelamente a ele: os fóruns temáticos como o Fórum das Autoridades Locais, o Fórum Parlamentar Mundial, o Fórum Mundial da Educação, o Fórum Mundial dos Juízes, o Fórum Mundial da Juventude, o Fórum da Diversidade Sexual; os fóruns regionais como o Fórum Pan-Amazônico, o Fórum Social Europeu, o Fórum Social Asiático, o Fórum Social Africano e o Fórum Social das Américas, dentre outros; assim como também se incluem nesta lista os fóruns temáticos específicos como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o Fórum Temático Palestino sobre “soluções negociadas para conflitos”, o Fórum sobre Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Tráfico de Drogas, Fórum Mundial de Teologia e Libertação, Fórum Social Expandido das Periferias, Fórum Mundial Urbano, Fórum Mundial dos Direitos Coletivos dos Povos, Fórum Social Mundial das Migrações, Fórum para Saúde, Meio Ambiente e Terra rumo a uma ação coletiva, dentre tantos outros. Estes exemplos buscam ilustrar a dimensão a que se chegou o processo FSM, desencadeando uma escala de mobilizações pontuais e permanentes orientadas pelos mesmos valores fundamentais, porém direcionadas ao debate estratégico sobre seus próprios atores e questões particulares.

É importante, ainda, mencionar que a realização regular do FSM, anualmente nos primeiros anos e binária a partir de 2007, tem demonstrado a forte adesão das organizações sociais espalhadas pelo mundo. O aumento sucessivo do número de inscrições durante os anos, tanto de delegados quanto de participantes em geral, representa uma receptividade expressiva que a sociedade demonstra possuir em relação às propostas e atividades realizadas no Fórum, assim como manifesta a demanda contida em diversos tipos de associações e nos próprios cidadãos comuns pertencentes ou não a grupos culturais e/ou políticos que decidem integrar seu contingente participante. Resumidamente, o FSM apresenta

a seguinte curva de participação¹³ (números aproximados entre 2001 e 2011): 20 mil em 2001 (Porto Alegre, Brasil); 50 mil em 2002 (idem), 100 mil em 2003 (idem); 75 mil em 2004 (Mumbai, Índia); 155 mil em 2005 (Porto Alegre, Brasil); 127 mil em 2006, somando a participação nas três cidades onde ocorreu o FSM descentralizado (Caracas, Venezuela / América Latina; Bamako, Mali / África e Karachi, Paquistão / Ásia); 75 mil em 2007 (Nairóbi, Quênia / África); 133 mil em 2009 (Belém do Pará, Brasil); 75 mil em 2011 (Dacar, Senegal / África).

O gráfico a seguir ilustra o crescimento da participação no FSM durante seu processo continuado. Nota-se que nos anos nos quais o FSM foi realizado fora do Brasil, seja em sua versão descentralizada (2006) ou centralizada em outros países (2007 e 2011) – com exceção da edição realizada na Índia (2004) na qual o número de participantes permanece numa tendência de crescimento – a participação apresenta uma pequena redução, evidenciando o caráter inicial de expansão do processo FSM em outros continentes, mas apresentando sempre números bastante expressivos diante de contextos sociais prejudicados por diversas questões relacionadas à pobreza, instabilidade democrática e profundas desigualdades sociais. É importante, ainda, mencionar que nos anos nos quais não houve realização de um evento anual do FSM (2008 e 2010), inúmeros outros eventos ligados diretamente ao Fórum foram realizados por todo o mundo por meio de ações locais ou regionais articulados por redes de organizações da sociedade civil empenhadas em dar continuidade às práticas, reflexões, trocas e debates suscitados pelo FSM.

TABELA 1:
Número de participantes por ano no FSM
(números aproximados)



Fonte: Ibase – Pesquisa FSM 2006.

¹³ Fontes: Ibase - Pesquisa sobre o perfil dos participantes do FSM 2006; sítio oficial www.forumsocialmundial.org.br; sítio www.fsm2009amazonia.org.br e www.fsm2011.org.

De forma geral, as Pesquisas sobre o Perfil de participação no FSM realizadas pela ONG IBASE binariamente demonstram que a maioria dos participantes em cada edição do Fórum advém, em primeiro lugar, do próprio país sede do evento e, em seguida, do continente onde está o país, totalizando, em média, cerca de 90% da participação total ¹⁴. Isto indica que, mesmo com uma ligeira queda na participação nas edições fora do Brasil, o FSM consegue atingir um público diversificado, ampliando-se para muito além das organizações comprometidas com a organização do evento e dos círculos associativos mais tradicionais. Isto indica também que em todos os países que sediaram o FSM existe um tecido associativo intenso e mobilizado globalmente, além de um contingente de participantes individuais motivados favoravelmente às questões que o FSM pretende abordar. O grande número de participantes nas edições realizadas no Brasil, com destaque para os anos de 2005 e 2009, demonstram a força expressiva da sociedade civil no continente sul-americano e, em especial, às organizações e cidadãos brasileiros. Um exemplo desta percepção se verifica na tabela abaixo:

TABELA 2:
Participantes no FSM 2005 (59,5% do total) por Origem geográfica

Continente/Origem nacional	Nº de pessoas	%
Total de Participantes	92.281	100,0
Brasil	73.856	80,0
Resto do Mundo	18.425	20,0
América Latina (sem Brasil)	8.083	8,8
Europa	4.154	4,5
EUA/Canadá	2.376	2,6
Ásia	2.266	2,5
África	1.474	1,6
Oceania	72	0,1

Fonte: Ibase - Pesquisa FSM 2005.

Os dados acima demonstram, justamente, a majoritária presença de participantes brasileiros no FSM 2005, atingindo 80% do total pesquisado. Dentre

¹⁴ Fontes: Ibase - Pesquisa FSM 2003, 2005 e 2006.

as demais regiões representadas, a América Latina, Europa e América do Norte têm destaque. Conforme os dados desta mesma pesquisa permitem afirmar, a presença é, geralmente, limitada e/ou facilitada pela distancia/proximidade geográfica, o que se verifica na análise dos países mais representados nas edições do FSM 2004 (Índia) e FSM 2005 (Brasil) nas quais os países próximos a sede detêm número expressivo de participantes: em 2004, na Índia, poderiam ser citados Paquistão, Nepal e Bangladesh, e, na edição de 2005, Argentina, Uruguai e Chile cumprem o mesmo papel. Pode-se identificar ainda, a presença mais consolidada e recorrente de pessoas advindas de alguns países que figuram entre os mais presentes em todas as edições, independentemente da localização do evento, entre eles, destacam-se Estados Unidos, França e Itália (Ibase, 2005).

Outro ponto importante de ser mencionado recai sobre a análise da participação no FSM por faixa etária, haja vista a considerável adesão de um público majoritariamente jovem – cerca de 60% entre 14 e 34 anos, independentemente da edição – segundo as pesquisas de 2003 e 2006 vêm confirmar. Nota-se, ainda, que as idades entre 14 e 24 anos são as mais numerosas na maioria dos casos.¹⁵ A tabela a seguir apresenta estes dados.

TABELA 3:
Presença por idade nos FSM de 2003 a 2009 (%)

Idade	2003	2004	2005	2006	2007	2009
14 - 24 anos	31,1	37,4	42,2	32,0	28,2	37,0
25 - 34 anos	32,1	25,1	28,6	28,6	32,9	27,0
<i>14 - 34 anos</i>	<i>63,2</i>	<i>62,5</i>	<i>70,8</i>	<i>60,6</i>	<i>61,1</i>	<i>64,0</i>
35 - 44 anos	18,1	19,9	15,0	16,8	23,8	18,0
45 - 54 anos	13,3	12,7	10,2	14,6	10,1	11,0
55 anos ou mais	5,4	4,9	4,0	8,0	5,0	7,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Ibase Pesquisa FSM 2006, 2007 e 2009.

¹⁵ Pesquisas mais detalhadas identificam uma grande concentração deste contingente de participantes (14-24 anos) entre 18 e 24 anos. Ver: Pesquisa FSM 2009.

O aumento da participação de jovens no FSM pode ser explicado pela iniciativa deliberada de fortalecimento do “Acampamento da Juventude” – local destinado à permanência do público jovem no Território Social Mundial¹⁶ – tomada como medida estratégica pelo CI, a partir de 2002, como forma de fomentar a participação juvenil e sua organização enquanto grupo social considerado central, na visão dos organizadores do Fórum, para a consolidação democrática por meio da formação de um movimento social juvenil. O fato do FSM reunir pessoas ainda tão jovens, segundo uma perspectiva de participação cívica acostumada com a noção oriunda do “senso comum” de que a juventude brasileira (e mundial) expressa uma apatia política (NOVAES, 2002), recoloca esta questão diante daquilo que o FSM vem representado diante das inquietações e mobilizações que a juventude engajada demonstra protagonizar.

A tabela a seguir demonstra, entretanto, que a participação dos jovens está mais atrelada a uma atuação desarticulada dos movimentos e organizações sociais que efetivamente realizam trabalhos e propõem atividades durante o FSM. É preciso ressaltar que há uma diferenciação entre os tipos de função exercida pelos inscritos como *indivíduos* em relação àqueles que se inscrevem como *delegados*. Estes últimos precisam estar necessariamente vinculados a organizações civis e/ou movimentos sociais que componham a grade de programação do FSM, atuando ativamente como seus representantes. Assim, percebe-se que a participação em movimento ou organização social cresce conforme a idade do participante também cresce, de modo que, a partir dos 35 anos, ela atinge a média de 75%.

TABELA 4:
Participação em movimento ou organização social por Idade

Participação em movimento ou organização social	Total	14-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55 anos ou mais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	55,4	40,2	56,4	74,4	74,3	87,9
Não	44,1	59,2	43,1	25,0	25,4	11,7
NS/NO	0,5	0,6	0,5	0,6	0,3	0,3

Fonte: Ibase – Pesquisa FSM 2005

¹⁶ Expressão utilizada para definir a área total onde o FSM acontece em cada edição.

Isto também demonstra que a motivação de participação no FSM de pessoas mais velhas está vinculada à atividade concreta que irão desempenhar, de forma objetiva e direcionada, ao contrário da participação juvenil, em especial entre 14 e 24 anos, na qual quase 60% dos indivíduos figuram como “turistas sociais”, ou melhor, como curiosos e iniciantes no processo de militância / ativismo dentre as ações da sociedade civil. Tal assertiva pode ainda ser analisada sob a perspectiva dos tipos de ocupação dos participantes do FSM em relação ao seu pertencimento a movimentos e organizações sociais. A tabela abaixo ilustra justamente esta informação.

TABELA 5:
]Participação em movimento ou organização social por Ocupação

Participa em Movimento / Organização Social	Total	Estudante	Funcionário Público	Empregado de ong/ org.soc. civil / partido pol.	Empregado de empresa privada	Autônomo	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	55,4	39,0	67,6	91,6	44,2	60,2	62,8
Não	44,1	60,4	31,9	8,1	55,6	39,8	36,4
NS/NO	0,5	0,7	0,5	0,2	0,2	-%	0,9

Fonte: Ibase - Pesquisa FSM 2005

Assim, verifica-se que dentre os estudantes, ocupação diretamente relacionada às faixas etárias mais jovens, cerca de 60% não pertence a algum movimento ou organização social, enquanto a presença de funcionários públicos (67,6%), empregados de organizações da sociedade civil (91,6%) e autônomos (60,2%) configura uma participação direta nos movimentos e organizações sociais que compõem as atividades do Fórum, com destaque para o segundo caso. Nota-se, ainda, que dos participantes do FSM que são empregados de empresas privadas cerca de 45% pertencem a estes tipos de organizações. Estas informações são úteis à percepção de que há uma forte tendência por parte do Fórum em priorizar a participação “qualificada” de atores que estejam verdadeiramente engajados com lutas sociais anteriores a ele e que sejam perpetuadas após seu término. Isto só é possível, entretanto, se as atividades realizadas durante o FSM estiverem atreladas diretamente às ações continuadas dos movimentos sociais e

organizações da sociedade civil. Como veremos mais adiante, embora o FSM não menospreze a participação menos engajada dos demais tipos de participantes – participação fundamental para o insulamento deste processo – são os militantes e ativistas da sociedade civil que de fato estão convidados a protagonizar o FSM, pois apenas organizações e movimentos estão permitidos a construir, conjuntamente ao CI, a programação oficial do evento.

Acrescenta-se a esta análise as informações sobre a distribuição dos participantes do FSM por escolaridade. Os dados abaixo revelam o perfil de alta escolaridade dos frequentadores do FSM (em torno de 70% dos participantes detêm superior incompleto ou completo), o que representa um viés de pertença a classes médias e altas das sociedades. Somando-se, ainda, a participação de pessoas com pós-graduação (mestrado e doutorado) estes números alcançam a faixa de 80%. Como visto acima, o grande contingente participativo oriundo da juventude universitária contribui para insuflar as estatísticas no que se refere aos participantes com superior incompleto. Acredita-se, porém, que os 20% restantes detentores de escolaridade inferior a 12 anos de estudo sejam ativistas engajados em lutas sociais por meio de ação continuada em movimentos sociais de base, oriundos dos embates concretos que as problemáticas sociais sofridas os fazem empreender. Nota-se, ainda, no caso do FSM 2004 (Índia) o altíssimo grau de participação de pessoas com mestrado e doutorado, o que revela uma tendência participativa, em países com maior desigualdade social e pobreza, de estratos sociais diferenciados. Assim, pode-se deduzir que o FSM é um espaço utilizado majoritariamente por grupos sociais com acesso a escolaridade continuada.

TABELA 6:
Presença por escolaridade no FSM de 2003 a 2009 (%)

Edições	2003	2004	2005	2006	2007	2009
Países	Brasil	Índia	Brasil	Venez/Mali	Quênia	Brasil
Total	100	100	100	100	100	100
Até 8 anos	4,7	9,8	4,0	6,9	3,1	5,0
9 a 12 anos	21,1	10,5	18,2	15,4	15,4	15,0
Superior incompleto	36,7	13,9	40,3	35,7	24,4	39,0
Superior completo	27,8	22,1	27,7	28,3	38,2	34,0
Mestrado / Doutorado	9,7	43,7	9,8	13,7	18,9	8,0

Fonte: Pesquisa Ibase – FSM 2006, 2007 e 2009.

O Perfil dos participantes do FSM, compondo um interessante material para o entendimento mais aprofundado deste atual fenômeno da sociedade civil mundial, apresenta relevantes informações para este trabalho. Sua análise mais detida, entretanto, não constitui interesse prioritário deste trabalho. Antes, faz-se necessário direcionar a análise sobre as características ontológicas do processo FSM, como meio de compreender suas inspirações e seus objetivos, assim como a ação de suas representações sobre sua própria constituição. Desta forma, interessará ao trabalho, sobremaneira, a percepção sobre os tipos de definição que o FSM apresenta sobre si mesmo e das interpretações realizadas por importantes autores que integram o quadro de intelectuais orgânicos a este processo.¹⁷

Desta forma, a seguir se desdobrará a análise da *Carta de Princípios* do FSM, o documento central e fonte de sua fundamentação prática e ideológica, na medida em que, para a compreensão histórica sobre o processo continuado pelo qual passa o Fórum e sobre a manutenção ou modificação de seus objetivos, metodologias e atividades, torna-se indispensável compreender, primeiramente, como se define e a que se propõe este novo fato social mundialmente praticado.

4.2

A “Carta de Princípios”¹⁸

Este documento, redigido pelo comitê organizador do FSM após o término de sua primeira edição, contém as premissas fundamentais sobre as quais todo o processo desencadeado desde esta data até os dias atuais vem se estruturando e mantendo sua fidelidade. Fruto de um compromisso com os objetivos societários com os quais o FSM pretende contribuir, ele se constitui de 14 itens que pretendem definir o campo de ação do FSM, sua identidade, seu escopo e seus limites, seus objetivos e seus meios. A análise cuidadosa dos

¹⁷ O conceito de intelectual orgânico construído por Gramsci (1975) pretende denotar o tipo de intelectual militante cuja ação reflexiva advém de sua própria práxis política no interior da sociedade civil. Este conceito absorve tanto os intelectuais acadêmicos integrantes de movimentos sociais, quanto aqueles formados na própria ação, valorizando os saberes populares e seus conhecimentos originários.

¹⁸ O texto completo da Carta de Princípios do FSM está em anexo a este trabalho.

principais pontos contidos neste documento possibilitará a compreensão sobre este processo e tornará possível, enfim, a resposta à pergunta: “o que é o Fórum Social Mundial?”

O item número 1 do documento traz uma auto-definição, constituindo-se de um trecho importante para a compreensão do seu caráter e de suas opções políticas e metodológicas que visam direcionar os participantes a encaixarem-se devidamente aos seus objetivos (os trechos em negrito evidenciam conceitos-chave de interpretação e não constam no original):

*O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma **sociedade planetária** orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a **Terra**. (item 1).*

Alguns conceitos desta passagem merecem atenção. O embate central travado contra o neoliberalismo entendido como o “domínio do mundo pelo capital” e suas conseqüências imperialistas e hegemônicas sobre o resto do mundo parece ser a característica principal da existência do FSM e sua prerrogativa central de lutas enquanto bandeira aglutinadora de diversas demandas sociais. O item número 4 desta mesma carta enfatiza mais uma vez este embate como sua problemática estruturante e acrescenta a descrição mais detalhada de quem são alguns de seus opositores concretos:

*As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de **globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais** (trecho do item 4).*

Assumindo-se a característica central de oposição à globalização neoliberal, o FSM não pretende, contudo, negar o processo de globalização em termos gerais, mas apenas apresentar sua crítica à forma hegemônica pela qual ela vem se dando pela imposição de um modelo econômico e, em consequência, societário, que reduz todas as esferas da vida ao desígnio do valor de mercado (SANTOS, 2005). Caracterizando-se, assim, como um movimento “por uma nova globalização” e não “antiglobalização” (PORTA, 2007), o FSM propõe-se à busca de uma globalização alternativa, cujos valores e práticas se baseiem, primeiramente, na valorização do ser humano e na sua relação equilibrada com a natureza. A isto se referem as passagens contidas nos itens 1 e 4 vistos acima quando mencionam, respectivamente, a “construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra” e a busca por “uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.”¹⁹

Esta outra globalização assume uma postura aberta à heterogeneidade de modos de viver, porém necessariamente afeita à proteção e à garantia dos direitos humanos universais, acreditando serem eles um modelo de acordo societário benéfico à generalidade humana, preservando sua diversidade, porém rejeitando a desigualdade. Segundo Donatella della Porta (2007), a característica de heterogeneidade do movimento altermundialista imprime um formato novo no cenário dos movimentos sociais, pois consegue conjugar atores anteriormente distintos e separados na arena pública por suas demandas específicas, sejam políticas ou identitárias, num movimento unificado cujo inimigo comum manifesta-se na globalização neoliberal. Além de um opositor comum, eles compartilham valores e propostas sobre “o outro mundo possível”, baseados na luta pelos direitos sociais e humanos e na transformação da mentalidade e morais capitalistas e utilitárias. A seguir, o trecho retirado da declaração da Assembléia dos Movimentos Sociais, realizada no FSM no ano de 2002, expressa esta diversidade.

¹⁹ A utilização do recurso textual @ é empregado com freqüência no meio das ONGs e demais organizações e movimentos sociais como uma forma de indefinir o artigo, masculino ou feminino, em prol da não discriminação de gênero que verificam existir na gramática da Língua Portuguesa.

Somos diversos – mulheres e homens, adultos e jovens, povos indígenas, camponeses e moradores das cidades, trabalhadores e desempregados, sem teto, idosos, estudantes, pessoas de todas as crenças, cores e orientações sexuais. A expressão dessa diversidade é a nossa força e a nossa unidade. Somos um movimento de solidariedade global, unido na nossa determinação de lutar contra a concentração da riqueza, a proliferação da pobreza e das desigualdades e a destruição da nossa terra. (trecho do documento final da Assembléia dos Movimentos Sociais, 2002)²⁰.

Além disso, sua auto-definição enquanto “espaço aberto de encontro” (item 1 da Carta de Princípios) pretende justamente garantir a possibilidade de participação de inúmeros atores da sociedade considerados, eles sim, os protagonistas que tornam real a sua existência e que produzem a movimentação necessária ao seu desenrolar. Retirando-se, portanto, do papel de sujeito histórico, o FSM passa a se constituir como uma instância que não se encaixa em nenhuma demanda específica justamente porque paira acima delas, visando seu atendimento igualitário. Outras passagens presentes na carta reafirmam esta condição, como os itens 5, 6 e 8 pretendem demonstrar:

*O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas **não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.*** (item 5).

*Os encontros do Fórum Social Mundial **não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial.** (...) **Ele não se constitui, portanto, em instância de poder a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.*** (trecho do item 6).

²⁰ Ver “Documentos e balanços” em www.forumsocialmundial.org.br.

O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo. (item 8).

O FSM se define, ainda, como espaço de debates, articulação e troca de experiências entre os atores envolvidos, que visam à construção de alternativas concretas ao modelo neoliberal. Por isso, o incentivo às atividades múltiplas, contemplando reuniões, colóquios, seminários, oficinas, cursos, assembleias e demais formas de encontros, formais e informais, nos quais esta produtiva mistura possa ocorrer. Como um *espaço de debates* (item 11) o FSM busca proporcionar “um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão (...) sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social”. Como um *espaço de trocas de experiência* (item 12) ele visa estimular “o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.” Como um *espaço de articulação* (item 13) ele “procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.”

O FSM, conforme seu documento fundador sugere, preocupa-se tanto com a capacidade de enraizamento em nível local dos resultados obtidos por meio de todo o intercâmbio que suscita internacionalmente, quanto com a possibilidade de elevá-los além deste nível ao acesso às redes e organizações internacionais de deliberação, como forma de interferir positivamente na agenda global. Além disso, visa à criação de pontes estratégicas e parceiras entre instituições que possam se fortalecer mutuamente neste processo de construção de uma

globalização alternativa. O último item deste documento pretende justamente enfatizar este ponto:

O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário. (item 14).

É interessante perceber que existe uma grande preocupação expressa nesta carta de princípios com a manutenção do FSM como um espaço de poucas definições para que ele não se constitua de um sujeito social específico e acabe por excluir ou limitar qualquer tipo de demanda / grupo social que reivindique a cidadania. Em sua obra sobre o FSM, Boaventura de Sousa Santos (2005) analisa este fenômeno como algo extremamente novo no cenário político e social da história da humanidade, identificando-o como um fato sem precedentes e, por isso mesmo, ainda de difícil definição. Na passagem a seguir, o autor apresenta sua percepção sobre este processo, construída cinco anos após a realização de sua primeira edição e após um longo período de avaliação dos desdobramentos transcorridos.

O Fórum Social Mundial (FSM) é um fenômeno social e político novo. O facto de ter antecedentes não diminui sua novidade, antes pelo contrário. O FSM não é um evento. Nem é uma sucessão de eventos, embora procure dramatizar reuniões formais que promove. Não é uma conferência académica, embora para ele convirjam os contributos de muitos investigadores. Não é um partido ou uma internacional de partidos, apesar de nele participarem militantes e activistas de muitos partidos de todo mundo. Não é uma organização não-governamental ou uma confederação de organizações não-governamentais, muito embora a sua concepção e organização devam bastante às organizações não-governamentais. Não é um movimento social, apesar de muitas vezes se autodesignar como o movimento dos movimentos. Embora se apresente enquanto agente de transformação social, o FSM rejeita a noção de um sujeito histórico e não atribui prioridade a qualquer actor social específico nesse processo de transformação social (SANTOS, 2005, p.11).

A passagem de Boaventura merece atenção, pois consegue definir este processo pela via da “negação”, sem, contudo, classificá-lo em lugar algum. Por ser exatamente este o objetivo apresentado pelo FSM – não se enquadrar – vale

retomar individualmente cada assertiva a fim de ampliar a compreensão. Assim, o FSM “não é um evento”, diz o autor, embora sedie inúmeros eventos. “Não é uma conferência acadêmica”, embora conte com a expressiva participação de representantes da academia e seja alimentado por seus debates e reflexões. “Não é um partido ou uma internacional de partidos” embora seja palco de uma efervescência de encontros partidários. Não é uma ONG, nem uma confederação de ONGs e não é um movimento social, embora sua estrutura tenha sido originada pela dedicação destes principais atores. Enfim, o FSM não pretende ser um sujeito que apresente uma face específica, mas tem como objetivo garantir a multiplicidade de faces e sujeitos na arena social. Os objetivos estratégicos desta opção político-ideológica assumida por seus idealizadores fazem com que o FSM não tenha donos e nem mandantes, sendo a pluralidade de atores envolvidos seus principais gestores.

Segundo a interpretação de Boaventura – que deve ser considerado não apenas um autor do campo da sociologia que realiza uma reflexão neutra sobre o FSM, mas um intelectual idealizador e comprometido com o próprio processo que o FSM realiza²¹ – a postura assumida pelo FSM de caracterizar-se por meio da negação frente a um opositor em vez de assumir bandeiras específicas enquanto ator social é de suma importância para seu papel aglutinador da diversidade de lutas e projetos defendidos pelos movimentos sociais separadamente e, algumas vezes, conflitantes. Em sua visão, o mérito desta escolha política e metodológica, advém da inovação de encontrar meios pelos quais os movimentos sociais anteriormente pulverizados e dispersos possam estabelecer um diálogo construtivo numa direção comum, tendo em vista a priorização de suas afinidades em detrimento das divergências. Orientado à produção de consensos, o poder de coesão que o FSM vem assumindo representa seu resultado mais geral e mais palpável, constituindo-se de uma característica essencial à ampliação de sua força (SANTOS, 2005). O fato novo presente neste processo, segundo o autor, portanto, é “o todo que ele constitui e não as partes que o compõem”.

Este projeto utópico, baseado na negação do presente em vez de assentar na definição do futuro, concentrado nos processos de intercâmbio entre os movimentos e não na hierarquização do conteúdo político destes, é o mais

²¹ Boaventura de Sousa Santos integra, juntamente a outros intelectuais, desde a criação do FSM, um corpo reflexivo sobre o processo FSM atuante não apenas no acompanhamento crítico do processo, mas, inclusive, na definição de rumos e estratégias necessárias em seu desenvolvimento.

importante fator de coesão do FSM. Ajuda a maximizar o que une e a minimizar o que divide, a celebrar o intercâmbio em vez da disputa pelo poder, a ser uma presença forte em vez de ter simplesmente uma agenda. Este projeto utópico, que é também um projeto ético, privilegia o discurso ético, bem evidente na Carta de Princípios do FSM, orientado para reunir consensos que superem as clivagens ideológicas e políticas entre os movimentos e as organizações que o compõem. Os movimentos e organizações colocam entre parênteses as clivagens que os dividem, tanto quanto for necessário para afirmar a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica. (SANTOS, 2005, p.17).

O caráter inovador do FSM, acentuado pelo conteúdo ético de sua Carta de Princípios, se afirma na instrumentalização deste espaço tendo em vista o resgate da possibilidade renovada de intervenção política e questionamento social que ele pretende suscitar. Definindo-o desta forma, o autor observa três formas de interpretação do FSM, segundo a percepção de suas principais tendências ontológicas.

Em primeiro lugar, o FSM reanima, segundo o autor, a existência de uma *utopia crítica* vinculada à problematização do contexto social que se quer superar e à proposição de caminhos alternativos possíveis. Em seguida, ele se constitui enquanto uma *epistemologia do sul* por originar-se na contramão das ideologias e políticas impostas pelo Norte do mundo (EUA e Europa, principalmente) – e pela tendência de oficialização destas visões de mundo pelas elites intelectuais do Sul – e, ainda, por contemplar as questões sociais sob o prisma das regiões do planeta mais prejudicadas pela prática irracional da continuidade do modelo econômico neoliberal e sua hegemonia em todos os campos de existência social. Por fim, o FSM viabiliza o fortalecimento de uma *política cosmopolita emergente*, pois exerce o eixo experimental de novas práticas e relações políticas/sociais baseadas no pluralismo cosmopolita e potencialmente fértil às futuras necessidades de organização societária. Em seguida, examinar-se-ão estas interpretações – o FSM como utopia crítica, como epistemologia do sul e como política cosmopolita emergente – conforme sua utilidade à compreensão do lugar do processo do FSM no debate sobre a construção da cidadania, como o espaço de representação da sociedade civil mundial organizada que ele vem desempenhando ao longo da primeira década do século XXI.

Conforme a argumentação de Boaventura, a dimensão utópica do FSM consiste em proclamar a existência de alternativas à globalização neoliberal. Diante de um tempo de permanência de utopias conservadoras no cenário social,

cujo caráter utópico reside na sua negação radical de alternativas à realidade do presente, a descrença compartilhada na possibilidade de transformação das formas atuais de organização da vida social acaba por renegar sua existência ao terreno do romântico, do idealista e do irreal.

As utopias conservadoras, assim, além de negarem a possibilidade de convivência com qualquer outro tipo de lógica utópica eficaz, ainda culpabilizam seus “momentâneos” problemas na realidade presente pelo fato de a aplicação de sua própria lógica não ter sido suficientemente completa. A utopia conservadora do neoliberalismo, assim, justifica a existência de “falhas” em sua lógica de eficácia, como o desemprego, a exclusão social, a permanência da fome e da miséria e toda sorte de efeitos nefastos que suscita na periferia do sistema mundial, não como resultados da deficiência e dos limites de seus próprios métodos e práticas, mas pelo fato de suas leis de mercado não terem sido plenamente aplicadas. Assim, sua postura utópica conservadora fecha-se em si mesma como alternativa única de desenvolvimento e proclama o fim da história.

Neste sentido, o FSM se apresenta no interior deste cenário de dominação hegemônica da ideologia do mercado, como a “reemergência de uma utopia crítica, isto é, a crítica radical da realidade presente e o desejo de uma sociedade melhor” (SANTOS, 2005, p.16). Sua existência, entretanto, ao contrário de repetir a perversão de utopias críticas anteriores da modernidade ocidental que acabaram por tornarem-se conservadoras, as que propunham alternativas utópicas, mas que negaram a convivência com outras propostas de organização social tendo em vista a realização de sua própria utopia, pretende manter a possibilidade renovada da convivência democrática de alternativas e utopias críticas, afirmando, assim, o caráter permanente da construção social pela via da coexistência plural. “O outro mundo possível é um desejo utópico que integra vários mundos possíveis”. Neste sentido, ele “pode ser muitas coisas, mas nunca um mundo sem alternativas” (Idem, p.17).

Aplica-se, portanto, à interpretação do processo FSM, a sua propensão ao empoderamento das visões de mundo cuja centralidade cultural há muito já havia perdido força e espaço diante da hegemonia capitalista. Considera-se, assim, a partir deste processo, a possibilidade de ver nascer o que Santos apontou como *epistemologia do sul*, cujo objetivo é obter seu crescimento a partir das vozes apagadas das culturas e dos povos subalternizados pelo domínio do sistema de

mercado mundial, retomando suas narrativas e seus conhecimentos tradicionais e atualizando-os pelo intercâmbio globalizado e pelas novas tecnologias, segundo seus próprios padrões de percepção da realidade, assim como por suas próprias práticas e temporalidades. Neste sentido, segundo o autor, a crítica presente no interior dos debates do FSM, além de atacar as conseqüências materiais excludentes que o mercado do capital exerce e aprofunda, identifica a problemática da *hegemonia do saber* vinculado à globalização neoliberal que desacredita todos os saberes rivais, diminuindo seu valor e tornando-o questionável e incompatível com a realidade. O conhecimento científico, assim, por muito universal que se imagine, é quase inteiramente produzido nos países do hemisfério Norte ²² e, por muito neutral que se suponha, promove os interesses desses países e constitui uma das forças produtivas da globalização neoliberal. A hegemonia, neste sentido, pressupõe um policiamento e uma repressão constantes das práticas, dos saberes e dos agentes contra-hegemônicos, desqualificando suas bases e seus pressupostos, trivializando seus conteúdos ou tomando-os para si como sua matéria prima e deslegitimando suas manifestações. O descrédito perante os saberes contra-hegemônicos, desta forma, contribui para o concomitante descrédito da própria proposta de globalização contra-hegemônica, renegando-a ao vazio das utopias inalcançáveis e ingênuas.

Assim, por todas estas razões, Boaventura afirma que o FSM posiciona-se segundo a percepção de que “não há justiça global sem justiça cognitiva global.” (SANTOS, 2005, p.20) Essa idéia se desdobra em duas proposições básicas: “se a objetividade da ciência não implica neutralidade, então a ciência e a tecnologia também podem ser colocadas ao serviço de práticas contra-hegemônicas.” E, “seja qual for a extensão com que se recorre à ciência, as práticas contra-hegemônicas são, sobretudo, práticas de conhecimentos não científicos, saberes de teor prático, muitas vezes tácitos, populares ou leigos, que é necessário tornar credíveis a fim de credibilizar essas práticas.” (Idem, p.20) Além disto, o debate acerca da justiça cognitiva no FSM constrói a crítica da definição hegemônica sobre os conceitos de racionalidade e eficácia que determinam o conhecimento técnico-científico moderno ocidental, acusando-a de ser demasiadamente restritiva e incapaz de captar a riqueza e a diversidade da

²² Países mais ricos considerados centrais e desenvolvidos social e economicamente.

experiência social do mundo. Na visão de Santos, a ocultação e o descrédito destas práticas constituem um desperdício de experiência social, de forma que “o outro mundo possível” necessita, para existir de fato, de outros tipos de saberes possíveis. Neste sentido, o autor desenvolve a categorização de dois tipos de sociologias, *das ausências* e *das emergências*, capazes de definir o processo epistemológico pelo qual o FSM tem fomentado o empoderamento das lógicas e dos saberes alternativos frente ao que ele denomina as “monoculturas hegemônicas”.

A sociologia das ausências verifica o processo pelo qual tais monoculturas interferem na impossibilidade de outras “culturas” existirem de fato na sociedade, produzindo, assim, a não existência das lógicas alternativas. Ela pretende, em seguida, transformar os objetos, os contextos e os agentes ausentes em presentes por meio de propostas que visam solucionar esta questão, por meio de novas “ecologias contra-hegemônicas”.

Assim, contra a *monocultura do saber* (do rigor do saber), se oporia a *ecologia dos saberes*, evidenciando a necessidade de ampliar o escopo do conhecimento para além da ciência moderna e da alta cultura, incluindo os saberes provindos de outras fontes senão as instituições oficiais de produção do conhecimento científico. Esta idéia advém da realidade, identificada pelo autor, de que “não há ignorância em geral e conhecimento em geral.” A incompletude que se verifica em todas as formas de saberes é o que possibilita o diálogo entre eles, na busca de complementaridade e ampliação.

Prosseguindo com o argumento, em contraposição à *monocultura do tempo linear*, identificada como a forma de hierarquização entre os povos e nações que se encontram mais adiantados ou mais atrasados numa linha de progresso, desenvolvimento e modernização, se encontra a *ecologia das temporalidades*, que ressalta a existência de tempos próprios a cada contexto social diverso, o que não precisa ser analisado segundo uma escala de superioridade / inferioridade. Ao contrário, respeitando o desenvolvimento autônomo de cada experiência social, compõem-se um quadro pluralizado de convivência harmônica entre tempos diferentes. Neste sentido, as atividades de grupos sociais como os camponeses familiares e como tribos indígenas, em vez de serem vistas como residuais ou atrasadas, configuram-se contemporâneas de

atividades de grupos como os agricultores *hi-tech* ou os executivos do sistema bancário e financeiro.

Em seguida, a *ecologia do reconhecimento*, proposta como contraponto de uma *monocultura da naturalização das diferenças*, representa a crítica ao modelo de classificação social dos seres humanos em categorias subalternizadas. A classificação racial e sexual são, segundo o autor, as manifestações mais expressivas desta lógica, cuja intencionalidade de hierarquia e exclusão atua implicitamente de acordo com a histórica distribuição destas classificações em critérios discriminatórios. A colonialidade e a visão sexista do poder capitalista moderno e ocidental consistem em privilegiar indivíduos em função de suas distinções e identificando “diferença com desigualdade, ao mesmo tempo em que se arroga o privilégio de determinar quem é igual e quem é diferente.”

Neste mesmo sentido, segundo Santos, a *ecologia das trans-escalas* pretende se opor à denominada *monocultura do universal e do global*. Esta, entendida como o privilégio político e econômico de entidades e realidades que se alargam globalmente e se impõem como universais destituindo o poder de entidades e realidades nos níveis locais, são contrapostas pela iniciativa de recuperação da ação localizada nos territórios específicos segundo a demanda por cidadania e direitos humanos que venham a beneficiar diretamente a comunidade circundante. Este trabalho vê-se acompanhado do estabelecimento de parceiras em redes que ampliam o escopo destas ações, configurando uma globalização contra-hegemônica. A massiva presença, no FSM, de movimentos sociais que se iniciaram como lutas locais contra a exclusão social evidenciam esta realidade, assim como suas articulações locais / globais expressam seu potencial.

Por fim, a *monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista*, entendida como modelo único de desenvolvimento que transforma o trabalho humano num recurso global sujeito às leis de mercado, é desqualificada diante das novas formas produtivas oriundas da organização coletiva, cooperada, autogestionária e popular, cuja ação visa à priorização do ser humano sobre a economia, considerando esta um meio para aquele, e não o contrário, como o modelo capitalista vem praticando. Esta alternativa, em especial, congrega inúmeras demandas sociais distintas, porém vitimizadas pela mesma lógica de monocultura produtiva. Os movimentos de camponeses na luta pelo acesso à terra, pela reforma agrária ou contra projetos de mega-desenvolvimento, os movimentos

urbanos pelo direito à habitação, a economia informal e os movimentos de economia popular e solidária, os movimentos indígenas pela defesa de seus territórios e patrimônios culturais, os movimentos de castas inferiores na Índia pela proteção de suas terras e das florestas locais, o movimento ambiental pela recuperação e salvação do planeta e dos recursos naturais, todos eles baseiam suas reivindicações e suas lutas na *ecologia das produtividades*. Uma agenda comum aos distintos movimentos que aponta para a necessidade de novas formas produtivas, sustentáveis, inclusivas e limpas.

Além da percepção sobre a *sociologia das ausências*, o autor identifica uma segunda operação epistemológica, segundo o autor, efetuada pelo FSM a qual denomina a *sociologia das emergências*. Neste sentido, ela “é a pesquisa das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas”, pois pretende apontar os caminhos viáveis e as experiências promissoras para o enfrentamento prático do problema de superação das monoculturas hegemônicas e de construção das novas ecologias. Para Boaventura, o FSM é um amplo exercício de ambas as sociologias; da sociologia das ausências na medida em que pratica as lógicas de oposição descritas acima. É também um campo de experimentação para a sociologia das emergências, pois pretende identificar e ampliar “os sinais de possíveis experiências futuras, sinais inscritos em tendências e latências” (SANTOS, 2005, p.30) percebidas na esfera social, contribuindo com a descoberta do *dever*. “Consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências do futuro (o Ainda-Não) sobre as quais é possível intervir para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração” (Idem, p.31). O trabalho gradual de identificação destas tendências e latências constitui-se, assim, tarefa prioritária do FSM e de seus fóruns conjugados.²³

Assim, para além dos planos utópico e epistemológico que o FSM encarna, sua percepção como *espaço de inovação política* baseia-se no modo como as tensões e dilemas encontrados em seu processo encontram mecanismos para serem gerados, encaminhados e negociados, segundo uma aceção

²³ A reflexão sobre a epistemologia do sul, desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2005), desdobra-se pormenorizadamente na conceituação da *sociologia das ausências* e da *sociologia das emergências*, denotando o tipo-ideal de operação epistemológica característica do FSM. Embora apresentado sucintamente neste trabalho, o aprofundamento deste debate vai além dos seus objetivos, merecendo, entretanto, atenção demorada para o entendimento completo de seu argumento. Para maiores detalhes ver a obra completa: “O FSM: manual de uso”.

organizacional igualitária. Neste caso, a confluência de atores e movimentos em debate configura um quadro de relações horizontais, obedecendo ao critério de empoderamento da sociedade civil. O FSM, portanto, inova pela sua organização sem líderes, pela rejeição das hierarquias e pela importância que atribui às redes viabilizadas pela internet (ESCOBAR, 2003). É importante, neste sentido, perceber, que o FSM opta por um funcionamento baseado na democracia participativa, acreditando que esta forma de prática política é superior às demais formas autoritárias e exclusivamente representativas e atua como elemento regulador da emancipação social desde as bases sociais até as instâncias formais de poder. Rejeitando, assim, modelos fechados de relações políticas, mesmo quando eles se propunham à emancipação, como no caso do socialismo de Estado, a organização do FSM privilegia o inconformismo, sem, contudo, incitar à revolução e à tomada de poder. (WHITAKER, 2005). Ao contrário, a revolução à qual ele anima, advém antes da transformação das muitas faces do poder por meio da contestação generalizada de suas premissas e estruturas. Segundo Whitaker, o FSM admite um novo interacionismo político que prioriza a diversidade de atores e instituições. As opções organizacionais que o FSM vem assumindo, portanto, visam manifestar em sua *práxis* cotidiana os valores fundamentais que defende e que visa ajudar a construir na sociedade.

É interessante, desta forma, perceber a constante busca de coerência com os conceitos e valores fundamentais defendidos pela Carta de Princípios do FSM por seus organizadores anuais e permanentes por meio do seu desdobramento na realização prática de seus encontros. Assim, o FSM pode ser entendido não apenas como um espaço de proposições, mas também como um *laboratório de experiências organizacionais e metodológicas* alternativas às formas tradicionais de relações sociais coletivas e práticas políticas. Entende-se, assim, que a relação entre práticas e princípios se dá de forma bastante estreita, segundo o ideal de que o “outro mundo” deve ter início a partir de suas próprias bases, valores, utopias, experimentos e exemplos na sociedade. Assim, com o objetivo de tornar mais clara a forma de identificação coerente entre princípios e práticas no FSM, apresenta-se a seguir a organização de uma lista de pré-requisitos, definidas a partir da argumentação proposta por Whitaker (2005) sobre “as opções básicas para a organização de Fóruns Sociais” (p.43). Esta listagem deriva da reflexão deste autor acerca de sua experiência na organização de quase todas as edições do

FSM e pretende evidenciar as dimensões consideradas fundamentais para serem preservadas, são elas: (1) Espaço Aberto; (2) Organizadores como Facilitadores; (3) Auto-organização e autogestão; (4) Co-responsabilidade; (5) Participação qualitativa de Delegados; (6) Não diretividade; (7) Horizontalidade; (8) Diversidade e Pluralismo; (9) Respeito ao meio ambiente; (10) Financiamento transparente; (11) Mediação, Articulação e Ação; (12) Multiplicidade de ações; (13) Não violência; e (14) Recusa a um documento final.

Resumidamente, estas dimensões explicitam uma tradução das definições gerais contidas na Carta de Princípios sobre a realidade concreta do trabalho de realização destes encontros e de suas atividades. Algumas delas são auto-explicativas, como, por exemplo, “respeito ao meio ambiente”, “não violência”, “horizontalidade”, “diversidade e pluralismo”, porém, algumas merecem maior atenção.

Como “espaço aberto”, o FSM ganhou um significado decisivo cujo resultado tem sido a atração de movimentos sociais os mais diversificados e a garantia de sua bem vinda participação. Assim, pode-se dizer que ele realiza na práxis social aquilo que Hannah Arendt (1993) denominou *a ampliação de esfera pública* como condição *sine qua non* para a conquista da cidadania. A comprovação deste fato se verifica na ausência de restrições a quaisquer organizações e movimentos sociais da sociedade civil, seja qual for a especificidade temática dos quais sejam porta-vozes, à entrada e participação na grade de programação do FSM.²⁴ De fato, apesar de haver uma organização temática diferenciada a cada encontro do FSM, a amplitude de suas abordagens sempre viabiliza a adequação das atividades propostas no interior de seu programa, seja nos seminários, nas oficinas, nas palestras, nos grupos de trabalho, enfim, nas mais variadas formas de organização do evento, formas estas que sofrem também alterações segundo as necessidades operacionais de cada edição²⁵.

²⁴ Deve-se mencionar que apenas estão proibidas de inscreverem-se no FSM organizações militares, partidos políticos e políticos eleitos, por serem considerados parte do poder público instituído e organizações deliberadamente anti-democráticas ou de cunho xenófobo. Algumas exceções, entretanto, já foram abertas, como o caso do Presidente Lula em 2003 e dos presidentes Evo Morales, Hugo Chaves, Rafael Correa, Fernando Lugo e Lula da Silva em 2009.

²⁵ A estrutura organizacional das atividades do FSM varia no tempo e no espaço conforme cada caso. Porém, dentre as atividades mais comuns e permanentes estão as conferências, painéis, testemunhos, mesas redondas, seminários, oficinas, grupos de trabalho, reuniões públicas, eventos culturais, etc.

Em especial, as atividades autogestionadas merecem destaque. A “auto-organização e a autogestão” passaram a ser consideradas como importantes métodos de garantia da autonomia dos participantes em relação ao Fórum e entre si e do próprio Fórum em relação a eles. Elas se realizam, em grande parte, por meio de oficinas cujos objetivos são mais concretos e relacionados às questões próprias aos movimentos sociais e organizações que as realizam. São, neste sentido, atividades consideradas bastante produtivas em relação a acúmulos e resultados palpáveis às necessidades e metas dos movimentos, tornando-se momentos de extrema importância durante os FSMs. A passagem abaixo, retirada de uma avaliação sobre o FSM por parte de um de seus fundadores, o diretor da ONG IBASE, Cândido Grzybowski (2003), reflete exatamente esta dimensão.

As oficinas são consideradas a fábrica do Fórum – uma espécie de laboratório civil mundial – e têm a finalidade de permitir o encontro, a troca de experiências, a articulação, o planejamento e a definição de estratégias de grupos, coligações, redes, movimentos, organizações, sempre pensando em sua ação presente e futura. A maior força do FSM talvez seja a diversidade presente nesse tipo de atividade. (GRZYBOWSKI, 2003, p.05).

Desta forma, subentendem-se também os princípios da “não diretividade” e da “co-responsabilidade”, relacionado ao escopo mínimo de delimitação necessária vinda “de cima” pelas orientações do CI e pela capacidade organizativa do SI. Apesar de concentrarem definições básicas e estratégicas para a realização de cada FSM, sem as quais nada poderia ser efetuado concretamente, estas instâncias preocupam-se, desde as primeiras edições – preocupação que cresce ainda mais em relação às seguintes – com o caráter autônomo das atividades realizadas a partir de um real empoderamento das entidades participantes. Sem diretores, portanto, o FSM busca uma “horizontalidade” na distribuição de seu poder e na capacidade organizativa de todos os seus integrantes, garantindo a “multiplicidade de ações” necessária à “diversidade e pluralismo” que quer preservar. Neste sentido, um *espaço discursivo*, no sentido habermasiano, é atualizado conforme as características da sociedade civil mundial.

Assim se entende melhor a noção que o define como um *espaço* e não como um *movimento*. Apesar de ser chamado por muitos observadores e analistas como o “movimento dos movimentos”, por seu caráter aglutinador, o FSM é, antes de tudo, segundo Whitaker, um *espaço* no qual a efervescência da sociedade

civil se encontra para a produção de inúmeros tipos de ações. Assim, é a própria sociedade civil a sua protagonista, ficando a cargo de seus organizadores a formulação das condições mais adequadas ao cumprimento destes objetivos. A respeito desta questão, a passagem relatada abaixo evidencia o argumento do autor:

Muita gente no Fórum pensa que, para ganhar eficácia, seria necessário que definíssemos temas, ações precisas, que nós nos organizássemos um pouco mais. Considero que se formos nessa direção corremos o risco de matar o Fórum. Ele deve continuar como um espaço, e um espaço que se respeite a caminhada, o ritmo, as idéias de cada um. A verdadeira força do Fórum é a de renunciar a ter poder enquanto Fórum. [...] Damos às pessoas a possibilidade de encontrar pontos de apoio comuns e criar novas iniciativas. Múltiplas proposições nascem do Fórum graças a essa liberdade. Ninguém pode controlar nada. (WHITAKER, 2005, p.84).

Deste posicionamento, compartilhado por uma maioria de integrantes do CI, desdobra-se o consenso, enquanto FSM, em torno da definição sobre a “recusa de um documento final”. Nesta opção política e metodológica transparece justamente a impossibilidade do FSM assumir para si uma identidade que suplante os atores que o integram, deixando a cargo destes mesmos atores a total liberdade de elaboração de documentos finais, propostas e encaminhamentos que digam respeito às suas próprias demandas e estratégias. Da mesma maneira, pode-se compreender o motivo da ênfase na idéia de “facilitação” exercida pelos organizadores do FSM, significando uma ação que empodera em vez de controlar, recusando, assim, um papel diretivo neste processo. Como bem explicita Whitaker, utilizando uma metáfora comparativa do FSM como uma “praça pública”, em referência à prática da democracia direta no contexto clássico, “uma praça não faz declarações”, mas aqueles que nela se encontram, debatem e dialogam, estes sim, não só as fazem como devem sempre fazê-las.

A metáfora da “praça pública” remete ainda ao entendimento da maior ênfase dada à participação de representantes da sociedade civil no FSM, em vez de privilegiar uma participação desinteressada de indivíduos apenas curiosos sobre o processo. Com isto se quer enfatizar a participação massiva de “delegados” na medida em que este formato participativo fomenta a ação política concreta no interior do FSM, relativa às demandas e ações engajadas e oriundas de processos políticos gestados pelo acúmulo de trabalho e reflexões dos movimentos sociais em suas trajetórias anteriores. Neste sentido, “a praça” é o

local do trabalho árduo e comprometido e não apenas das especulações e posicionamentos desvinculados da vida concreta por meio da participação de “turistas sociais”. Estes, sempre bem vindos ao processo, assumem apenas um papel coadjuvante na elaboração concreta dos rumos do Fórum. Sua participação massiva, entretanto, é de suma importância para a ampla visibilidade que o FSM tem registrado pelo mundo em todos estes anos de realização assim como para a difusão de seus objetivos e ideais. Como o testemunho de Whitaker auxilia em enfatizar, o objetivo inicial do FSM, por ocasião de sua primeira edição, era atingir um público já engajado nas lutas sociais por meio da organização da sociedade civil mundial, embora a ampla participação tanto de indivíduos alheios a este tipo de ação quanto de ativistas da sociedade civil organizada, desde o primeiro Fórum e seguindo pelos demais tenha surpreendido sobremaneira seus organizadores.²⁶ O depoimento abaixo contribui para explicitar este ponto.

Cada organização, cada grupo que participa do Fórum Social Mundial está engajado cotidianamente em ações concretas. O FSM simplesmente lhes permite que se façam conhecer por outros grupos ou organizações também engajados na ação e que se coordenem com eles em ações mais amplas [...] Essas são maneiras totalmente novas, que o Fórum inventou, para decidir sobre a ação e colocar suas experiências em comum. (WHITAKER, 2005, p.85).

Por estas razões, o FSM afirma-se, mais uma vez, como um *espaço* e como um *processo*, sem estar cristalizado nos eventos anuais ou quaisquer outros que sejam realizados sob a orientação da Carta de Princípios. Embora todos estes constituam este processo, nenhum deles encarna-o totalmente. Sua função é de *mediação*, promovendo a articulação dos atores e visando sua ação, num intercâmbio contínuo e criativo de novas propostas de vida social não capitalista e não mercantil. Desta proposição emergem inúmeras ações; algumas novas, outras, já existentes, fortalecem-se e ganham novos horizontes. Embora não se possa medir a amplitude dos resultados obtidos por cada organização participante, movimentos sociais e demais grupos que atuem durante o FSM, pelo enorme contingente de atividades impossíveis de serem analisadas exaustivamente, pode-

²⁶ Em 2001 inscreveram-se 4.700 delegados, superando a expectativa inicial de no máximo 2.500. Em 2002 foram 12.274 inscrições (representando 4.909 entidades) e, em 2003, 21.763 delegados inscritos (representando 5.717 organizações). Em 2004 e 2005, há disponível apenas o número de organizações inscritas, 1.653 e 6.872, respectivamente. Em 2007 está disponível apenas o número de atividades: 1.300. Em 2009 inscreveram-se 5.808 organizações e em 2011 foram 4.072 delegado inscritos representando 1.205 organizações (lembrando que em 2006, 2008 e 2010 não houve realização centralizada do FSM). Fonte: www.forumsocialmundial.org.br.

se aferir um resultado político central que o FSM, tomado pelo processo que constitui, tem obtido por meio de sua simples existência:

De fato, não se deixa nunca de colocar a questão: quais são os resultados políticos? Eu considero que o Fórum Social Mundial é, em si mesmo, um resultado político. [...] Um fruto fundamental do Fórum Social é seu método. Nós nos demos conta de que inaugurávamos uma nova maneira de fazer política. Não mais aquela das palavras de ordem e da reunião de todos sob uma mesma autoridade, mas uma ação política em rede, horizontal, que permite a expansão da participação. (WHITAKER, 2005, p.84).

Esta nova forma de fazer política, portanto, tem sido a linha condutora das conquistas pontuais que cada ator social integrante do processo FSM tem conseguido desempenhar. Alguns exemplos destes casos, entretanto, se fazem necessários.

A formação crescente de redes de movimentos sociais se evidencia como um aspecto determinante do sucesso de um empreendimento como o FSM. Ilse Scherer-Warren (2007), evidencia a criação do fenômeno das redes a partir da década de 1990 como uma forte tendência de organização da sociedade civil mundial tornada cada vez mais central para suas práticas e estratégias. Segundo a autora, sua existência funciona em favor do empoderamento dos atores sociais e de suas demandas anteriormente isoladas num cenário de construção de uma cidadania planetária.

Talvez um exemplo bastante relevante do poder de empoderamento da sociedade civil que o FSM vem desempenhando tenha sido o processo de adensamento das demandas e experiências em torno da temática da Economia Solidária. Como será visto no item seguinte sobre o desenvolvimento dos temas abordados no FSM, este tema em especial tornou-se central para a agenda de inúmeras organizações e movimentos sociais dos mais variados, constituindo-se uma proposta “guarda-chuva” por proporcionar efetividade às demandas por formas cooperativas de troca e produção.

Durante o FSM 2001, foi realizada uma oficina denominada Economia Popular Solidária e Autogestão, na qual mais de 1.500 pessoas reuniram-se para tratar de temas como auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. Neste encontro

nasceu o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT – Brasileiro)²⁷ que era composto de “redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais.” (Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, 2003). O FSM, portanto, funcionou, neste primeiro momento, como espaço mediador destinado ao encontro destes atores e fomentando sua articulação e sua ação. A criação, em 2003, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), fruto de um processo de consolidação das propostas e demandas apresentadas no FSM 2001, 2002 e 2003 em Porto Alegre, cujo objetivo central seria o fortalecimento deste movimento e a criação de um espaço de trocas e de visibilidade aos empreendimentos solidários, mostrou-se um resultado de suma importância para a crescimento de seu alcance e de sua organização em nível nacional e internacional. A partir de então este movimento não parou de crescer, fortalecendo-se, inclusive, como política pública do Governo Federal brasileiro, a partir de 2002 após a posse do Presidente Lula, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) coordenada pelo economista Paul Singer.

Outro exemplo interessante sobre a ação do FSM sobre os movimentos sociais se dá pela análise da participação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em sua dinâmica, representando uma importante força do movimento de mulheres feministas no mundo. Inspirada na retomada das manifestações feministas a partir da década de 1990, a MMM foi criada no ano de 2000, tendo sido enormemente beneficiada pela criação do FSM em 2001. Desde então sua participação no Fórum tem contribuído para a difusão de suas demandas e propostas, conforme o depoimento a seguir procura esclarecer:

²⁷ Dentre as organizações que compunham o GT: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED);

No Fórum, além de construirmos nossa relação com os outros movimentos, construímos a nós mesmas, Marcha Mundial das Mulheres. As oficinas e seminários foram momentos importantes, assim como nossa presença nas manifestações. Na primeira delas nos organizamos junto com o acampamento da juventude e o movimento de gays e lésbicas. Na segunda, organizada pelos movimentos sociais, marcamos a presença feminista na luta contra a guerra e a Alca. Inventamos palavras de ordem que falavam não só do imperialismo e do machismo do outro lado do mundo, mas do machismo que vivenciamos em nossas relações cotidianas. (www.sof.org.br).

Como a passagem acima explicita, a MMM encontrou no espaço gerado pelo processo FSM uma grande oportunidade de estruturar-se enquanto um movimento, aliando-se aos temas contra-hegemônicos por meio das afinidades identificadas sob a chave crítica do modelo neoliberal cuja conjugação dos adjetivos “machista e patriarcal” couberam com perfeição. Neste sentido, a Marcha pressupõe que “as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente.” Com o objetivo de organização das demandas tanto das mulheres urbanas quanto das rurais, sua agenda mistura temas específicos com problemáticas gerais, de forma que sua atuação apóia lutas como a soberania alimentar e o fortalecimento das ligas camponesas, o desenvolvimento da economia solidária e a ofensiva contra a mercantilização da vida que se desdobra nas lutas contra o livre comércio e contra o tráfico sexual. Assim, sua participação em todas as edições do FSM tem sido determinante para o adensamento de suas atividades e para sua própria constituição e difusão. Como exemplo disto, sua passagem pelo FSM 2005 teve bastante relevância para o movimento, por ocasião da apresentação oficial da “Carta das Mulheres para a Humanidade”, o documento mais importante que sintetiza e expressa seus princípios e objetivos fundamentais para a construção de “um outro mundo”.

Em suma, estes exemplos transparecem a forma particular que o FSM desenvolveu de obter resultados. Nunca consideradas como conquistas do próprio FSM, mas como conseqüências do processo multidirecionado que ele desempenha, os desdobramentos particulares de cada movimento participante do Fórum têm se constituído de sua maior vitória. Da mesma forma, o poder agregador sobre os movimentos sociais anteriormente fragmentados e dispersos pela sociedade tem se mostrado outro ponto central de sua estratégia, apoiado em

sua metodologia e orientado por seus princípios fundamentais. Seu poder de unificação dos atores outrora opostos diante do debate público, embora não dissolva divergências estruturais dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, ao menos viabiliza a suspensão de seus desacordos em função de temas de convergência ideológica e pragmática. Com isso, pode-se afirmar, a partir da análise realizada, que os objetivos do FSM caminham na direção de garantir aos atores da sociedade civil espaços dialógicos orientados para ação diante da necessidade de uma construção contínua da cidadania, de seus significados e de suas agendas, sob um debate sempre renovado e sempre negociado.

Entende-se, portanto, que seu caráter dialógico e estratégico para o desenvolvimento e fortalecimento dos movimentos sociais em caráter integrado e internacional repercute, invariavelmente, nos temas de debates propostos a cada edição do evento. Desta forma, com o intuito de analisar o acúmulo e o desenvolvimento do processo FSM durante seu tempo de existência – apontando mudanças ou permanências significativas em seu desenrolar – far-se-á, em seguida, uma observação sobre a evolução temática pela qual o FSM se organizou, sucessivamente, em suas edições pelo mundo desde 2001 até os dias atuais.

4.3

A evolução temática do processo FSM: 11 anos depois.

A análise atenta à evolução temática pela qual passou o FSM nestes 11 anos de existência é um método propício ao entendimento sobre os caminhos e escolhas levadas a cabo por seus organizadores e por seus participantes na tentativa de tornar este processo ainda mais significativo e acessível à abrangência social que se quer alcançar. Neste caso, a verificação sobre mudanças e permanências na priorização temática feita pelo Fórum evidencia a construção paulatina de uma reflexividade própria dos atores da sociedade civil envolvidos neste processo assim como do contexto no qual ela se pauta e se legitima. Parte-se, pois, da premissa que as opções temáticas do FSM traduzem um reflexo

natural oriundo das demandas sociais cuja força política, social e cultural, atualizada a cada instante na sociedade civil, tornou possível suas definições. Para o entendimento destas escolhas, portanto, realiza-se a seguir a apresentação dos temas de cada edição do FSM juntamente à reflexão sobre seus principais objetivos.

Antes, entretanto, de iniciar a análise temática propriamente dita, vale deter-se um instante no entendimento sobre as opções metodológicas utilizadas pelos organizadores do FSM na definição dos temas centrais de cada edição do evento. Assim, um princípio metodológico que foi se delineando no processo do FSM, conforme se verifica na análise do documento sobre estratégias metodológicas do CI (2003), é a combinação de dois conjuntos de atividades: (a) atividades planejadas de forma concertada: por meio do CI em contato com redes, coalizões, campanhas, movimentos e organizações, delineia-se um conjunto de atividades centrais cujo foco está nas conferências, testemunhos, seminários e mesas redondas; e (b) atividades propostas pelos delegados: o foco destas atividades está nas oficinas, todas sob iniciativa e responsabilidade dos delegados. Com total liberdade as organizações e movimentos que inscrevem participantes podem indicar o tipo de oficina que querem organizar, independentemente do seu tamanho e conteúdo, desde que respeitada a Carta de Princípios. Assim, cada eixo temático é concebido como catalizador de preocupações, propostas e estratégias já desenvolvidas em ações próprias aos movimentos sociais. De todas as formas, seja nos tipos de atividade (a) ou (b), há sempre presente a preocupação em tornar o processo de definição temática dos eixos centrais do FSM uma atividade mais próxima possível dos interesses e necessidades dos atores da sociedade civil, sem, contudo, inviabilizar a organização articulada de estratégias e objetivos de cunho mais geral.

Assim, com o objetivo de conferir maior dinâmica ao processo do FSM, o CI estabeleceu em junho de 2003 três linhas gerais para orientar a definição temática, configurando formas de garantir sua abertura e acessibilidade, mantendo-o autogestionado e transversal, compreensivo, integrador e propositivo, porém atento aos prejuízos que um excesso de fragmentação temática poderia ocasionar. Dentro de um mesmo encontro do FSM são amplas e variadas as questões suscitadas ao debate e à ação, fato que expressa a riqueza de iniciativas e ações dos diversos atores (redes, campanhas, movimentos etc.), mas elemento

complicador na organização das atividades concretas. Para solucionar este impasse, optou-se por um esquema abrangente, deixando ao processo de negociação efetiva da montagem do Fórum a decisão sobre as prioridades e a forma de distribuir temas por diferentes atividades planejadas (IBASE, 2003). Desta forma, as diretrizes propostas seguem descritas abaixo:²⁸

- Em cada eixo e nas subtemáticas que comporta, deve ser uma preocupação constante a proposta de **estratégias junto com as alternativas**. Do mesmo modo, é fundamental **identificar os processos de organização e luta em curso, apontando os sujeitos/atores** globais da sociedade civil portadores das propostas.
- Tanto na caracterização como na montagem das atividades de cada eixo e seus subtemas, devemos **garantir a transversalidade das questões e perspectivas de gênero, étnico-raciais, jovens, trabalho, portadores de deficiências, ecumenismo, etc.** Isto não elimina os espaços próprios que cada conjunto de participantes queira organizar, mas garantindo que não acabem funcionando como Fóruns específicos dentro do FSM.
- Como método de trabalho, atravessando e animando o conjunto de nossas atividades, devemos sempre **buscar linguagens mais universais, que valorizem a sensibilidade e a emoção**. Além de **permitir a afirmação da identidade na diversidade de formas de expressão**, tal preocupação metodológica, impregnando todo o nosso programa, poderá **facilitar a troca, o respeito mútuo e a reflexão estratégica coletiva**.

O debate sobre a forma de definição dos temas principais do FSM, assim como das atividades propostas e dos conferencistas convidados, talvez seja um dos momentos nos quais o FSM é mais questionado pelos seus participantes. Isto porque, como espaço de disputa simbólica, ideológica e política no qual ele se constituiu, pois estruturado pela ação democrática dos atores numa esfera pública da sociedade civil, o FSM está sujeito a refletir em sua organização a mesma desigualdade de forças presente na organização da sociedade em geral e também

²⁸ Fonte: IBASE, documento do CI “Critérios para a programação dos trabalhos do FSM”, 2003. Reproduzido integralmente do texto original, os grifos não constam no original

no interior da sociedade civil organizada. Esta é a crítica trazida por inúmeras entidades e organizações que se consideram “menores” em força e importância diante de organizações estruturadas sob o financiamento de grandes agências internacionais, principalmente as oriundas dos países europeus mais ricos e dos Estados Unidos. Aponta-se, neste mesmo sentido, desigualdades intra-nacionais, de acordo com o grau de poder exercido por organizações ligadas a governos e partidos políticos, ou mesmo por serem mais tradicionais no contexto das organizações não-governamentais. O tema da desigualdade no interior do próprio FSM é, assim, pauta de inúmeros questionamentos presentes em cada edição, de forma a demonstrar que mesmo este espaço não está imune às injustiças que se propõe a combater. Um exemplo disto apresenta-se na retórica dos representantes da rede “No vox”, os “sem voz”, com a estratégia de unificar lutas como a dos *dalits* (os intocáveis) indianos com a dos “sem teto”, a dos “sem terra” e a do movimento negro, dentre outras, sob a bandeira “os *sem* tomam a palavra”. A partir do FSM 2004 (Mumbai), esta rede fortaleceu seu discurso baseado na crítica às elites do FSM acusadas de monopolizarem a palavra durante os seminários e as decisões sobre os temas principais.

Cientes desta problemática permanente, os componentes do CI e dos Comitês Organizadores locais apresentam periodicamente propostas de minoração das desigualdades e de maior abertura do FSM às demandas e ações de entidades cuja representação temática ainda encontra-se fora do eixo prioritário e cuja localização cultural e geográfica ainda estejam sub-representadas nas suas instâncias deliberativas. Isto fica evidente em inúmeros documentos produzidos após cada edição do FSM durante as reuniões do CI e suas diretrizes para as próximas ações. Um exemplo disto verifica-se na opção de, a partir de 2005, o FSM adotar uma nova metodologia que buscou “ampliar a convergência, multiplicar os diálogos durante o evento e evitar a repetição desarticulada de atividades sobre o mesmo tema.” Para isso, “o programa do encontro foi constituído a partir das atividades autogestionadas propostas pelas organizações participantes do FSM 2005.” Foi realizada uma consulta temática por meio da aplicação de um questionário amplamente divulgado no ano anterior que “buscou identificar que lutas, questões, problemas, propostas e desafios as diversas

organizações que participam do processo FSM consideram importante discutir no FSM 2005 e que atividades tinham a intenção de organizar em Porto Alegre.”²⁹

Além de iniciativas metodológicas que visam garantir a igualdade na participação dos atores da sociedade civil na configuração temática do FSM, percebe-se um constante esforço em inserir no CI entidades e organizações que representem grupos sociais considerados minoritários diante da hegemonia cultural, como mulheres, negros e indígenas e aqueles oriundos de regiões marginalizadas do planeta, como a África.

Diante destes apontamentos, pode-se prosseguir a análise ao entendimento de como os temas abordados no FSM foram sendo escolhidos e perpetuados ou substituídos por temáticas mais atuais e/ou mais prioritárias.

Assim, os Fóruns de 2001 e 2002, realizados em Porto Alegre, inauguraram a série de eventos internacionais que constituem o que se denomina, hoje, por processo FSM. Atentos aos questionamentos que a sociedade civil daquele contexto trazia como demandas principais, eles foram organizados pela mesma opção temática:

- A produção de riquezas e a reprodução social
- O acesso às riquezas e à sustentabilidade
- A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos
- Poder político e ética na nova sociedade

Notam-se, nestes quatro temas, duas preocupações centrais: (1) os dois primeiros itens giram em torno da crítica à globalização neoliberal e seus efeitos na esfera econômica, social e ambiental, sob a ênfase na questão redistributiva, no enfrentamento das desigualdades sociais e na preocupação com a sustentabilidade; e (2) os dois últimos temas direcionam-se à afirmação democrática como um bem político fundamental à “nova sociedade”, inclusive sob o debate da retomada da moral e da ética (e qual ética) na política. A ênfase no poder da sociedade civil aparece como um *meta-tema*, evidenciando a auto-reflexão sobre o protagonismo que se pretende criar com o FSM e demonstrando a expectativa em relação aos seus desdobramentos e potencialidades para o incremento na cultura cívica brasileira e mundial. Percebe-se, portanto, que o FSM se organiza, nas suas

²⁹ Ver “Metodologia FSM 2005”: www.forumsocialmundial.org.br.

primeiras edições, de forma a fundamentar sua própria existência, seja em relação à justificação do embate travado com o sistema de mercado hegemônico, seja em relação ao seu papel enquanto manifestação da sociedade civil mundial. Haja vista, inclusive, o período ainda não muito longo de experiência democrática continuada nas sociedades sulamericanas (a partir das redemocratizações na década de 1980), o tema da afirmação da democracia – e principalmente de sua vertente mais participativa – norteia suas reflexões e incrementa suas atividades.

Em prosseguimento às duas primeiras edições, o FSM 2003, também sediado em Porto Alegre, organizou-se segundo os seguintes temas:

- Desenvolvimento democrático e sustentável
- Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade
- Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e homogeneização
- Poder político, sociedade civil e democracia
- Ordem mundial democrática, luta contra a militarização e promoção da paz

Nesta listagem temática, percebe-se que a ênfase na afirmação democrática permanece ainda bastante presente, evidenciando a importância desta prática / valor como garantia da participação da sociedade na definição das questões sociais e públicas. Desdobrando-se em três eixos temáticos, a democracia, no contexto dos Fóruns, é percebida como alvo de desenvolvimento e ampliação, assim como é considerada o caminho legítimo de intermediação entre sociedade civil e poder público. Nota-se, entretanto, que a ela não se restringe, na concepção desenvolvida dentro do movimento altermundialista, ao exercício representativo e eleitoral das sociedades afetadas pelo excesso de atomização e ausência de cultura cívica (SADER, 2010). Diferentemente desta visão, limitada pelas restrições que o sistema de mercado impõe à prática democrática, o contexto do “outro mundo possível” que se deseja construir requer uma implantação da democracia como uma *cultura participativa* inerente às relações sociais, práticas políticas e modelos produtivos, configurando um quadro de *democracia social, política e econômica* (GZRYBOWSKI, 2010).

Além do enfoque na necessidade de aprofundamento democrático sob critérios mais igualitários, os temas apresentados pelo FSM 2003 caminharam na direção da urgência de promoção da igualdade social de forma geral. O tema do resgate da moralidade na vida coletiva e na esfera pública continua presente, demonstrando uma preocupação com a retomada de debates éticos a respeito do *bem comum* e de definições de *boa vida* comprometidas com o bem estar social. A questão da *(re)humanização* das diversas esferas da sociedade é central, neste sentido, desdobrando-se no debate sobre os direitos humanos e seus fundamentos, como garantia da dignidade humana por meio do respeito à diversidade e do combate contra as injustiças sociais.

Desta mesma forma, as críticas à mercantilização da vida e aos efeitos negativos de um sistema-mundo hegemônico aparecem como argumentos lógicos à retomada de valores comunitários e humanistas. Neste sentido, tanto a mídia como a cultura hegemônicas são foco de uma total ressignificação em prol de ferramentas tecnológicas e do pluralismo cultural condizentes com uma globalização contra-hegemônica.

Diante deste mesmo argumento, a alta militarização das nações e o aprofundamento de guerras civis e internacionais são fenômenos compreendidos como produto cruel e desumano de um sistema de mercado que fomenta a produção e comércio de armamentos por todo o mundo, convergindo numa indústria da guerra que insiste em vitimizar um contingente incontável de civis inocentes em favor dos interesses econômicos e políticos de chefes de Estado e mega-empresários (como os da indústria de armas e do petróleo).

Por fim, a busca por um desenvolvimento sustentável capaz de unir desenvolvimento social e econômico com a preservação do meio ambiente surge com mais ênfase nesta edição, apontando o embate frente à mercantilização do planeta, seus recursos naturais e biodiversidade.

A continuidade dos FSMs entre 2001 e 2003, segundo a auto-reflexão dos membros do CI expressa em documento oficial de uma de suas reuniões periódicas (2003) é considerada uma etapa importante para o aprofundamento das estratégias gestadas em seu interior para a ação dos movimentos sociais que o integram. Há, assim, por parte destes atores, um consenso de que o FSM 2001 teve forte ênfase na crítica ao neoliberalismo, que no FSM 2002 a preocupação

com a busca de alternativas esteve dominante e que o FSM 2003 buscou desenvolver, a partir do acúmulo anterior, estratégias concretas de viabilizá-las.

A edição do FSM 2004, por ter sido realizada na cidade de Mumbai (Índia), traz questões que mesclam temas amplos e globais com problemáticas específicas de países e povos do Oriente. Sua estrutura, diferentemente das três primeiras edições, é composta por quatro *eixos temáticos* e cinco *eixos transversais*, assumindo a responsabilidade de contemplar a amplitude de temas apresentados pelos movimentos sociais e organizações engajadas no processo de organização do FSM. Eles seguem abaixo:

* *Eixos temáticos*

- Democracia, segurança ecológica e economia
- Discriminação, dignidade e direitos
- Mídia, informação e conhecimento
- Militarismo, guerra e paz

* *Eixos transversais*

- Globalização imperialista
- Patriarcado
- Regimes de castas, racismo e exclusões sociais
- Sectarismo religioso, políticas de identidade e fundamentalismo (comunalismo)
- Militarismo e paz

Conforme esta estrutura temática indica, verificam-se mudanças e acréscimos que merecem atenção. Em primeiro lugar, o tema do desenvolvimento sustentável ganha uma nova conceituação, sendo exposto agora como *segurança ecológica*. A escolha desta nova expressão procura ressaltar a correlação entre a crise ambiental e suas conseqüências sobre a segurança internacional. Trata-se, portanto, de avaliar em que medida o desenvolvimento econômico das nações, assegurada pelo direito à soberania nacional, se choca com a necessidade de preservação ambiental, fato que estabelece uma confrontação direta entre os interesses nacionais imediatos, cujo mote desenvolvimentista é acusado de

revogar importantes convenções ambientais, e a urgência de diminuição e de reversão dos prejuízos causados ao planeta. Assim, esta visão considera que assegurar a proteção do meio ambiente em relação ao modelo produtivo capitalista devastador passa a estar em primeiro lugar e configura uma questão relativa à segurança coletiva de caráter internacional, como observa a Carta da Terra (2000)³⁰ a este respeito. Nota-se, porém, que esta mudança estratégica não desqualifica o termo *desenvolvimento sustentável*, uma vez que esta terminologia tornou-se extremamente difundida no debate crítico sobre modelos de desenvolvimento e a crise ambiental. Assim, ambas as conceituações permanecem presentes nos Fóruns seguintes, denotando a coexistência das diversas abordagens a este respeito.

Dentre os eixos temáticos desta edição ainda importa mencionar a questão da “discriminação, dignidade e direitos”, evidenciando o tipo de demanda referente aos “novos movimentos sociais”, cuja vertente culturalista aponta sérios problemas em relação a grupos sociais discriminados por sua pertença racial, étnica, de gênero, de preferência sexual, segundo o debate já apresentando em capítulo anterior. A demanda redistributiva está incluída neste mesmo eixo, sob o tema da garantia dos direitos (sociais e econômicos) e da dignidade.

O debate referente à “Mídia, informação e conhecimento” ressurge nesta edição ainda mais fortalecido. Embora já estivesse presente nos Fóruns anteriores, sob a temática da democratização da informação e das tecnologias, é a partir da edição de 2003 que ele ganha destaque. Continuado pelas demais edições, o debate sobre formas democráticas de utilização da tecnologia, tecnologias alternativas, mídias comunitárias, acesso e produção do conhecimento, adquire uma importância estratégica para a concretização do “outro mundo possível” na era digital. A centralidade da internet para o funcionamento de redes de movimentos sociais e fóruns temáticos, a utilização de softwares livres e a inclusão digital, são pré-condições fundamentais à construção de alternativas viáveis ao capitalismo. Segundo este enfoque, “mídia” e informação sempre

³⁰ A Carta da Terra foi criada em 2000 a partir da deliberação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1987) para a criação de um documento com validade internacional. Criou-se, assim, o Conselho da Terra destinado a estabelecer consultas sobre as questões a serem contidas no documento com a sociedade civil. Após um longo período de muitas consultas e debates, ela foi finalmente terminada.

estiveram ligados ao poder³¹ (KLECK, 2006) de forma que uma luta crucial para o movimento altermundista é desvincular o acesso aos meios de comunicação da lógica mercantil.

Por fim, os eixos transversais do FSM 2004 merecem atenção especial por apresentarem questões próprias ao país sede do evento. Globalização imperialista; patriarcado; regimes de castas, racismo e exclusões sociais; sectarismo religioso, políticas de identidade e fundamentalismo são todos temas oriundos das questões sociais de maior relevância na realidade indiana, de modo que seu debate no interior do FSM demonstra uma forte mobilização da sociedade civil deste país na direção de mudanças profundas em suas relações sociais tradicionais, nos conflitos religiosos e suas conseqüências sectaristas e nas desigualdades econômicas e culturais que se determinam mutuamente. É importante frisar que do total de participantes inscritos para no FSM em Mumbai, 84% eram indianos³², o que legitima e estimula o debate em torno de questões próprias às suas realidades. Este método, que se repete pelas demais edições, encontra fundamento na percepção de que a grande maioria dos participantes em cada FSM provém do próprio país sede e demais países próximos a ele, fato que estimula a animação associativa local, empodera a sociedade civil que ali se desenvolve e viabiliza a articulação em rede de suas ações, contribuindo para o fortalecimento de suas lutas internacionalmente.

Enfim, o ano de 2005 traz o FSM de volta a Porto Alegre, culminando na quinta edição anual do acontecimento mundial no qual o FSM se transformou³³. Ele se organiza de forma diferenciada, sob a definição de *espaços* temáticos e transversais, bem mais detalhados e descritos sob a forma propositiva que este encontro / processo tenciona suscitar. São eles:

* *Espaços temáticos*

³¹ O termo “mídia” é preferido ao “mídia” pela maioria dos movimentos sociais atuantes neste debate, acusado de denotar a importação da palavra *media* oriunda da língua inglesa.

³² Ver: Pesquisa Ibase – FSM 2005.

³³ É interessante perceber o alcance que o FSM foi conquistando em pouco tempo de existência a partir da demanda por tradução que a edição de 2005 apresentou, com ênfase nas línguas e dialetos de povos indígenas e tribais. Dezesseis idiomas foram traduzidos durante o FSM 2005: português, inglês, francês, espanhol, árabe, japonês, hebraico, alemão, italiano, coreano, guarani, hindí, quechua, uolof (África), bahasa (Indonésia), russo e libras (linguagem brasileira de sinais).

- Afirmando e defendendo os bens comuns da Terra e dos povos – Como alternativa à mercantilização e ao controle das transnacionais
- Arte e criação: construindo as culturas de resistência dos povos
- Comunicação: práticas contra-hegemônicas, direitos e alternativas
- Defendendo as diversidades, pluralidade e identidades
- Direitos humanos e dignidade para um mundo justo e igualitário
- Economias soberanas pelos e para os povos - Contra o capitalismo neoliberal
- Ética, cosmovisões e espiritualidades – Resistências e desafios para um novo mundo
- Lutas sociais e alternativas democráticas – Contra a dominação neoliberal
- Paz e desmilitarização – Luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida
- Pensamento autônomo, reapropriação e socialização do conhecimento (dos saberes) e das tecnologias
- Rumo à construção de uma ordem democrática internacional e integração dos povos

* *Eixos transversais*

- Emancipação social e dimensão política das lutas
- Luta contra o capitalismo patriarcal
- Lutas contra o racismo e outras formas de exclusão baseadas na ascendência
- Gênero
- Diversidade

A observação desta organização temática indica, antes de tudo, uma espécie de amadurecimento das questões apresentadas no Fórum. Em vez de uma itemização generalista e sintética, como as primeiras edições optaram por adotar, esta edição apresenta seus temas como sendo já os produtos de um amplo esforço realizado com o acúmulo dos debates e das atividades que o antecederam nas edições anteriores. Isto denota o resultado positivo que a organização continuada

dos movimentos sociais auxilia a desenvolver, tornando-os cada vez mais seus próprios intelectuais orgânicos, capazes de organizarem seus pensamentos e suas ações no posicionamento reflexivo diante do embate político e cultural que travam na esfera pública. Denota também, o aprofundamento da reflexão coletiva que o FSM representa na sociedade civil mundial, convergindo conceitos, argumentos, interpretações, diagnósticos e, inclusive, jargões específicos destes atores sociais, de forma que vão se construindo certos consensos importantes ao enfrentamento das problemáticas às quais pretendem solucionar. Muitos temas se repetem, como é o caso dos direitos humanos, da ética, da desmilitarização, das mídias alternativas e comunicação contra-hegemônica, da sustentabilidade, da ênfase democrática, da igualdade social, da defesa da diversidade e pluralidades, dentre outros. Algumas alterações, entretanto, merecem atenção: o acréscimo da temática da arte popular como forma de criação de uma cultura contra-hegemônica e de expressão política de povos marginalizados e grupos sociais minoritários; a compreensão sobre a condição do planeta Terra como sujeito a ser protegido e não como um objeto de exploração, seus bens sendo comuns a toda a humanidade e não recursos monopolizados pelos mercados; a busca por formas econômicas alternativas ao capitalismo (sociais, solidárias), orientadas ao serviço ao ser humano e ao seu desenvolvimento em vez de subjugar-lo aos ditames do mercado e fazer deste o senhor daquele; e a construção de uma ordem democrática internacional favorável à integração dos povos pela via da garantia da pluralidade cultural e dos direitos humanos e não pela via meramente econômica e criadora de desigualdades.

Por fim, os espaços transversais denotam a preocupação de suscitar, independentemente do tema abordado, questões que relacionem os temas específicos com as preocupações centrais em relação à necessidade de emancipação social e à dimensão política de todos os tipos de lutas; à recusa inquestionável ao capitalismo patriarcal (representando o combate às formas tradicionais de dominação, machista, sexista, paternalista, personalista, etc); e lutas contra quaisquer formas de preconceitos e discriminações, raciais, de gênero, étnicas, religiosas, enfim, sob a bandeira de preservação da diversidade identitária e da dignidade humana.

É importante ainda mencionar que o FSM 2005 teve um papel central na definição dos rumos subseqüentes do processo FSM. As análises de importantes

teóricos a este respeito que datam deste ano (WHITAKER, 2005; SANTOS, 2005; GRZYBOWSKI, 2003), indicam um consenso sobre o sucesso conferido ao acúmulo conquistado durante este primeiro conjunto de cinco edições do FSM, de forma que a orientação do CI foi justamente buscar expandir ainda mais este processo ao alcance de povos e regiões ainda pouco alimentadas pela efervescência social que ele busca animar. Assim, a partir de 2006, o FSM ganhou um novo impulso internacional dirigindo-se aos continentes africano, asiático e sulamericano, de forma a contemplar as necessidades de cada contexto.

Assim, a edição do FSM 2006 foi policêntrica, ou seja, ocorreu de forma descentralizada, em diferentes lugares do mundo. Três cidades sediaram o FSM 2006: Bamako (Mali – África), Caracas (Venezuela – América) e Karachi (Paquistão – Ásia). Sua organização temática, diferenciada nos três países, apresenta-se a seguir:

FSM 2006: capítulo Américas – Caracas (Venezuela)

* *Eixos temáticos*

- Poder, política e lutas pela emancipação social
- Estratégias imperialistas e resistências dos povos
- Recursos e direitos para a vida: alternativas ao modelo civilizatório depredador
- Diversidades, identidades e cosmovisões em movimento
- Trabalho, exploração e reprodução da vida
- Comunicação, culturas e educação: dinâmicas e alternativas democratizadoras

* *Eixos transversais*

- Gênero
- Diversidade

FSM 2006: capítulo Ásia – Karachi (Paquistão)

* *Eixos temáticos*

- Imperialismo, militarização e conflitos armados e movimentos pela paz
- Direitos aos recursos naturais, controle social e privatização, disputas fronteiriças
- Desenvolvimento do comércio e globalização
- Direitos humanos, justiça social e governança
- Religião e Estado, pluralismo e fundamentalismo
- Nação, nacionalidades e identidades culturais e étnicas
- Estratégias para o desenvolvimento, pobreza, desemprego e deslocamento
- Movimentos populares e estratégias alternativas
- Mulheres, patriarcado e mudança social
- Meio ambiente, ecologia e subsistência

* *Eixos transversais*

- Globalização imperialista
- Patriarcado
- Regime de castas, racismo e exclusões sociais
- Sectarismo religioso, políticas de identidade e fundamentalismo (comunalismo)
- Militarismo e paz

FSM 2006: capítulo África – Bamako (Mali)

* *Eixos temáticos*

- Guerra, segurança e paz
- Liberalismo mundializado: apartheid em escala mundial e empobrecimento

- Marginalização do continente e dos povos, migrações, violação dos direitos econômicos, sociais e culturais
- Agressão contra as sociedades camponesas
- Aliança entre o patriarcado e o neoliberalismo e marginalização das lutas das mulheres
- Cultura, mídia e comunicação: crítica e reconstrução, violências simbólicas e exclusões
- Destruição dos ecossistemas, diversidade biológica e controle dos recursos
- Ordem internacional: Nações Unidas, instituições internacionais, direito internacional, reconstrução da frente do sul
- Comércio internacional, dívida e políticas econômicas e sociais
- Alternativas que permitirão avanços democráticos, o progresso social e o respeito da soberania dos povos e do direito internacional

Em função da ampla diversidade temática contida nos três países-sede, torna-se inviável uma análise detida das mudanças e permanências do Fórum nesta edição. Ela vem apresentada acima integralmente apenas para manter um padrão analítico considerado necessário ao entendimento do FSM como um *processo* em curso e sujeito a especificidades e vieses condizentes aos objetivos propostos por seus organizadores e participantes. O caráter compreensivelmente diverso que a eleição dos temas adotou em cada local de realização do evento se explica em função da região geográfica e de suas respectivas questões sociais prioritárias. De toda forma, ficam evidentes dois movimentos, um geral e outro específico, sob os quais os temas destes Fóruns se organizaram. A característica generalista se verifica na definição de temas eminentemente globais presentes em todos os casos. Questões como direitos humanos, globalização imperialista, proteção do meio ambiente, promoção da igualdade e da paz, soberania dos povos, democratização da política, da economia e da comunicação, encontram-se igualmente presentes nos três países, demonstrando a partilha de problemas globais e de buscas coletivas por soluções e alternativas. De outro lado, o viés específico de cada local apresenta temas como “migrações”, “apartheid”, “empobrecimento”, “fortalecimento do direito internacional” e “guerra” como preocupações centrais para o continente africano (Mali); “sectarismo religioso”,

“pluralismo e fundamentalismo”, “mulheres e patriarcado”, “regime de castas, racismo e exclusão social” como temas prioritários para o mundo árabe (Paquistão) e “trabalho e exploração”, “resistência dos povos” e “luta política pelo poder” como diretrizes norteadoras do debate no continente sulamericano (Venezuela). De toda forma, como o FSM se auto-define como um espaço *da* sociedade civil *para* a própria sociedade civil, nada mais coerente do que permitir que os temas mais importantes a cada país sede sejam refletidos em seu quadro temático, evidenciando, inclusive, o mecanismo de pluriorganização ao qual o FSM se pretende.

O FSM 2007, seguindo o objetivo de fortalecer as regiões do planeta ainda pouco representadas diante da sociedade civil mundial que este movimento altermundialista veio construindo durante as edições anteriores, foi realizado em Nairóbi, Quênia, sendo o primeiro FSM mundial (centralizado) no continente africano. A metodologia de construção do FSM 2007 baseou-se na realização de uma ampla consulta sobre ações, campanhas e lutas nas quais estavam envolvidas as organizações participantes. A partir desta consulta, realizada em 2006, foram definidos nove objetivos gerais em torno dos quais foram organizadas as diversas atividades do FSM 2007. São eles:

- 1) Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas
- 2) Pela libertação do mundo do domínio das multinacionais e do capital financeiro
- 3) Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza
- 4) Pela democratização do conhecimento e da informação
- 5) Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero e eliminação de todas as formas de discriminação
- 6) Pela garantia dos direitos econômicos, sociais, humanos e culturais, especialmente os direitos à alimentação, saúde, educação, habitação, emprego e trabalho digno
- 7) Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos
- 8) Pela construção de uma economia centrada nos povos e na sustentabilidade

9) Pela construção de estruturas políticas realmente democráticas e instituições com a participação da população nas decisões e controle dos negócios e recursos públicos

Não se verifica, nesta listagem, muitas novidades em relação ao que já fora apresentado anteriormente, mas apenas uma opção de organização temática mais propositiva, com ênfase nas diretrizes prioritárias do “outro mundo” que se quer construir. Observa-se uma elaboração mais aprofundada e detalhada em relação aos temas anteriores, apontando o amadurecimento prolongado do processo FSM na direção da definição de uma agenda básica e comum aos vários atores sociais que os constituem. Percebe-se, portanto, que a definição temática do Fórum tornou-se a representação mais objetiva de suas principais lutas, apresentando-se, inclusive, num formato mais explicativo e elaborado conforme suas propostas reais.

A edição do FSM 2007 pode ser utilizada como exemplo para ilustrar um acontecimento importante de ser mencionado. Trata-se de um tema pouco abordado dentre os temas centrais do Fórum, porém bastante significativo dentre as características que os eventos centrais vêm adquirindo. Assim, a participação massiva e freqüente de um público jovem nestes eventos leva ao questionamento dos tipos de juventudes ali presentes. Como já visto anteriormente o público juvenil é majoritariamente universitário, porém há uma importante diferença em relação aos países de origem destes jovens. A Pesquisa sobre o Perfil dos participantes realizada pelo IBASE (2007) traz uma informação interessante sobre as “principais preocupações dos jovens”³⁴ presentes neste evento, indicando um quadro diferenciado de inseguranças e incertezas experimentadas pelos jovens africanos e das demais localidades de origem. Assim, os principais problemas eleitos pelos jovens africanos são a violência (40,4%), educação (45,8%) e a pouca oportunidade de emprego (52,3%), enquanto dentre os jovens de outros países – majoritariamente europeus e norte americanos – afirmam-se temas como a educação (42,3%), o meio ambiente (29,6%) e a categoria geral de “temas sociais” (38,6%). A opção “falta de dinheiro” é citada pelos jovens quenianos com 29,2% de respostas enquanto dentre os jovens de outros países esta opção é citada apenas por 3,2% dos entrevistados.

³⁴ Tabela em anexo.

De acordo com esta tabela, fica evidente que são “diferentes juventudes” (BOURDIEU, 1983)³⁵ que participam do FSM. No caso da edição de Nairóbi, os jovens africanos demonstram-se pertencer a uma condição juvenil marcada pelas conseqüências da desigualdade social fortemente determinante da realidade social de seu continente, em oposição aos jovens provenientes do norte do mundo, beneficiados pelo desenvolvimento de seus países e pela proteção social que lhes cabe por direito.

Em 2008, por meio da decisão do CI, definiu-se que não haveria um evento centralizado do processo FSM, mas a realização de uma semana de mobilização e ação global, marcada por um dia de visibilidade mundial em 26 de janeiro de 2008. Nesse sentido, as diversas organizações, redes e movimentos sociais que participam do processo FSM foram convidados a planejar ações, encontros, reuniões, marchas e outras atividades que se inscrevessem no marco desta mobilização, respeitando a Carta de Princípios do FSM. Esta decisão pode ser explicada pela percepção de que os Fóruns temáticos e regionais relacionados ao FSM, assim como os próprios fóruns paralelos específicos aos movimentos sociais e à sociedade civil organizada que os interam, tendo se fortalecido enormemente durante os anos, estariam capacitados a realizar a mesma ação aglutinadora e difusora à qual se propunha o FSM, de forma que a realização de um evento centralizado com dimensão mundial passou a ser organizada a cada dois anos a partir deste momento.

Assim, de volta ao Brasil em 2009, o FSM se direciona, desta vez, à região Pan-Amazônica, com sede na cidade de Belém do Pará. Segundo as informações disponíveis sobre a participação no evento, esta foi uma de suas maiores edições, ficando atrás somente do FSM 2005, em Porto Alegre, em relação à quantidade de participantes e atividades³⁶. É interessante perceber que, do total de inscritos, 1.900 eram indígenas de mais de 120 etnias de toda a Pan-Amazônia e outros 1.400 eram quilombolas, o que demonstra a resposta favorável

³⁵ Pierre Bourdieu (1983) propõe a análise diferenciada de dois tipos de juventude: os estudantes e os trabalhadores. Esta divisão permite com que se percebam as diferenças de trajetórias de vidas de um tipo e do outro, marcadamente determinadas pela renda familiar, pelas oportunidades de acesso aos bens sociais, pelo trabalho precoce, pelos diferentes acessos e acúmulos de capitais intelectuais e culturais, ou seja, por toda a sorte de herança familiar e social que lhes confere desiguais pontos de partida e condições de vida.

³⁶ Sobre o número de participantes em cada edição, ver o primeiro item deste capítulo.

destes grupos sociais ao objetivo deste FSM em proporcionar o debate direcionado às questões relativas ao mundo indígena e afins.

Conforme indica a Pesquisa sobre a participação no FSM 2009 (IBASE, 2009), a maioria dos participantes presentes no Fórum estava participando pela primeira vez de um FSM (76%). É interessante, assim, perceber que o Fórum atraiu pessoas novas, sendo, destas, muitos jovens (37% do total até 24anos) e que não se identificavam com organizações políticas particulares (30%). Estes números, embora relativos ao caráter específico do FSM Belém, representam uma tendência repetidamente constatada dentre todas as edições de forte participação juvenil, porém desvinculada de objetivos políticos específicos. Assim, pode-se supor que o FSM tem sido um lugar de experimentação e de busca para uma juventude que está sensibilizada para as questões sociais e que procura por espaços de debate e propostas da ação. Explica-se, por isso, o crescimento acelerado, desde as primeiras edições do FSM, do Acampamento da Juventude, um local destinado à permanência e sociabilidade de jovens durante o evento, criado com o intuito de estimular a participação massiva deste grupo social a fim de fomentar o contato e a organização juvenil a partir de sua própria dinâmica, ações e questionamentos.

Em relação à estrutura temática do FSM 2009, percebe-se o movimento de dar prosseguimento à estrutura apresentada no FSM 2007, utilizando as mesmas proposições inauguradas ali, porém atualizando-as e incrementando-as conforme as questões mais pertinentes naquele contexto. Fica evidente também o crescimento reflexivo de cada eixo proposto, de forma a demonstrar a produção gradual de um diagnóstico continuado sobre os principais problemas e suas respectivas soluções a serem conquistadas a partir da ação da sociedade civil. Assim, são dez os eixos de ação definidos:

- 1) Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas, livre de armas, especialmente as nucleares;
- 2) Pela libertação do mundo do domínio do capital, das multinacionais, da dominação imperialista patriarcal, colonial e neo-colonial e de sistemas desiguais de comércio, com cancelamento da dívida dos países empobrecidos;

- 3) Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza, pela preservação de nosso planeta e seus recursos, especialmente da água, das florestas e fontes renováveis de energia;
- 4) Pela democratização e descolonização do conhecimento, da cultura e da comunicação, pela criação de um sistema compartilhado de conhecimento e saberes, com o desmantelamento dos Direitos de Propriedade Intelectual;
- 5) Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e eliminação de todas as formas de discriminação e castas (discriminação baseada na descendência);
- 6) Pela garantia (ao longo da vida de todas as pessoas) dos direitos econômicos, sociais, humanos, culturais e ambientais, especialmente os direitos à saúde, educação, habitação, emprego, trabalho digno, comunicação e alimentação (com garantia de segurança e soberania alimentar);
- 7) Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos, inclusive das minorias e dos migrantes;
- 8) Pela construção de uma economia centrada em todos os povos, democratizada, emancipatória, sustentável e solidária com comércio ético e justo;
- 9) Pela ampliação e construção de estruturas e instituições, políticas e econômicas - locais, nacionais e globais, - realmente democráticas, com a participação da população nas decisões e controle dos assuntos e recursos públicos;
- 10) Pela defesa da natureza (amazônica e outros ecossistemas) como fonte de vida para o Planeta Terra e aos povos originários do mundo (indígenas, afrodescendentes, tribais, ribeirinhos) que exigem seus territórios, línguas, culturas, identidades, justiça ambiental, espiritualidade e bom viver.

Nota-se que, além dos temas de caráter global sempre presentes nos eventos centralizados do FSM, o local escolhido para o Fórum parece ter tido impacto significativo para as discussões realizadas e no tipo de público que esteve presente. O FSM direcionado à questão amazônica e composto pela presença massiva de moradores de Belém e arredores (cerca de 90%) trouxe para o foco central a situação de exploração da floresta amazônica e os direitos dos povos originários desta região, desdobrando-se no debate mais amplo sobre o meio ambiente e os direitos humanos. Segundo a mesma pesquisa mencionada acima

(IBASE, 2009), as questões de identificação política mais citadas pelos entrevistados nesta edição foram *o movimento ambientalista e a luta por direitos humanos*, o que demonstra o caráter unificador de demandas que estas questões exercem diante da multiplicidade temática trabalhada no FSM. Ambas as questões podem ser consideradas, assim, grandes temas cujas críticas e demandas centrais abrangem tantas outras em seu interior. Norteiam, portanto, o debate atual sobre a viabilização do “outro mundo possível”.

Neste sentido, é importante mencionar que os trabalhos realizados no FSM 2009 contribuíram para estabelecer um consenso em torno da idéia de “convergência de crises” e “crise de civilização”, como conceitos explicativos do atual estado do sistema mundial e das condições do planeta e suas perspectivas. Segundo a argumentação do Grupo de Apoio ao Processo FSM (GRAP) em documento oficial sobre a avaliação da conjuntura atual mundial (2010), no final na primeira década do século XXI vive-se a pior crise econômica desde 1929: “à enorme alta nos preços das commodities e dos alimentos transformados em fontes de especulação pelas finanças mundiais, à continuidade de sangrentos conflitos e guerras por recursos ou derivados de agendas étnicas, religiosas ou nacionalistas, ao agravamento dos problemas ambientais e à urgência da transição para uma economia de baixo carbono, continua prevalecendo entre os poderes estabelecidos (grandes estados, corporações e instituições internacionais) a inércia e a busca de segurança para os negócios” (GRAP, 2011).³⁷

Assim, o neoliberalismo é diagnosticado como em profunda crise e as respostas que se apresentam pela via do Estado e mercado, como o *neodesenvolvimentismo* e o *capitalismo verde*, não oferecem, segundo esta visão, perspectivas de resolução dos gigantescos problemas que se acumulam neste momento de crise civilizatória.

Diante deste quadro, considerado pelos intelectuais do FSM como de urgente intervenção, a própria ação e papel do FSM enquanto sujeito de ação política passa a ser revisto e questionado, conforme algumas proposições para que ele se torne mais ativo e se disponha ao embate direto. Assim, estas e outras questões foram levantadas com propriedade durante o ciclo de eventos realizados em 2010, em comemoração aos 10 anos do FSM, com destaque para o Fórum

³⁷ Nota conceitual do GRAP FSM redigida em Dakar, 2011. Disponível em: www.grap.org.br.

Social Grande Porto Alegre que reuniu, no mês de janeiro, um contingente expressivo de intelectuais, ativistas, organizações e movimentos sociais. Como, neste ano, não houve a realização de um FSM centralizado, coube ao Fórum de Porto Alegre, organizado com o objetivo de produzir uma reflexão sobre os 10 anos do FSM, enfrentar este debate.

O discurso de Emir Sader (2010) a este respeito, durante o ciclo de palestras do seminário organizado pelo GRAP FSM sob o título “10 anos depois” realizado em Porto Alegre, evidencia sua preocupação em relação ao protagonismo do FSM necessário ao urgente enfrentamento frente ao modelo produtivo capitalista e ao modo de consumo acelerado e devastador que ele impõe. Seu diagnóstico percebe uma novidade importante no concerto econômico das nações no contexto da atual crise financeira mundial, apontando o papel de liderança que os países do Sul e da Ásia detêm o potencial de assumir. Pela primeira vez na história, afirma Sader, os países da região Sul recuperaram-se rapidamente da crise econômica na qual os países desenvolvidos ainda se encontram e da qual não conseguem sair. Segundo ele, “as particularidades desta crise são que ela nasce nos EUA e o Sul do mundo se recupera mais rápido (já há uma espécie de multilateralismo econômico, por exemplo, quando vemos que o principal parceiro comercial do Brasil é a China); e na América Latina, os países que optaram por estratégias de integração em lugar de tratados de livre comércio são menos afetados pela crise”.

O Brasil, em especial, exercendo a liderança entre os países do Mercosul e figurando cada vez mais como uma potência mundial, detém, conforme argumenta Sader, a possibilidade de inaugurar novas formas de desenvolvimento, prezando pelas muitas diretrizes progressivas apresentadas no FSM em relação às necessárias mudanças nos padrões de vida em sociedade. Enquanto países como a China e a Índia, em franco crescimento econômico, mostram ao mundo a inviabilidade de um sistema produtivo capitalista prover igualmente as populações à custa do esgotamento das fontes e recursos naturais, países como o Brasil, também beneficiados pela sua autonomia frente à crise, encontram-se no dever de não reproduzir este modelo de desenvolvimento desigual e insustentável. Segundo argumenta Sader, é a primeira vez que o Brasil e o eixo do Sul-Sul podem dar o exemplo ao mundo sobre as formas desejadas de desenvolvimento social, econômico e ambiental, priorizando a garantia e o fomento dos direitos humanos,

de uma economia solidária e da sustentabilidade. Assim, a ação do FSM, enquanto um processo fortalecido justamente no Sul do mundo, torna-se fundamental diante desta oportunidade.

A reflexão de Boaventura Sousa Santos sobre os 10 anos de FSM, em sua participação neste mesmo seminário, aponta para seu potencial em liderar as previsões críticas sobre o futuro da humanidade. Em contraponto ao Fórum Econômico Mundial (FEM), cuja força e centralidade no cenário global apresentam-se em notável queda e desarticulação³⁸, o FSM tem conseguido antecipar importantes acontecimentos e tendências na conjuntura social mundial, algo que o FEM tem fracassado sucessivamente em prever. A crise econômica de 2008, em especial, já prevista como tendência natural de desgaste do sistema capitalista pelo movimento altermundialista, pegou de surpresa os especialistas da economia neoliberal e continua a impor suas conseqüências depressivas às economias desenvolvidas. Segundo Boaventura, em 2001, o neoliberalismo (as privatizações, o livre comércio e a desregulamentação econômica e financeira) era, para o FEM, a solução definitiva das crises cíclicas do capitalismo e assim foi considerado até a crise financeira de 2008 que o FEM não previu. Pelo contrário, o FSM defendeu que o neoliberalismo não era a única solução, sendo a mais injusta delas, e que as crises que vinha provocando em vários países acabariam por chegar ao coração do capitalismo global, o que de fato aconteceu.

Neste sentido, Boaventura tece uma diretriz sobre os temas mais relevantes frente aos quais o FSM precisará se pautar em seu desenvolvimento futuro. São eles: (1) a paz e a democracia; (2) a crise civilizacional decorrente da insustentabilidade do modelo econômico dominante e (3) os sujeitos políticos que levarão adiante as lutas pela paz, pela democracia e por um modelo social, cultural e econômico *pós-capitalista*. Estes três eixos temáticos afirmam-se, segundo ele, como questões relativas aos próximos problemas a serem enfrentados.

Quanto ao primeiro tema, as análises do FSM apontam para o recrudescimento da militarização dos conflitos sociais, incluindo a criminalização dos movimentos sociais e dos protestos dos cidadãos ante “o agravamento da crise

³⁸ Sobre este tópico é importante mencionar o diagnóstico amplamente compartilhado pelos analistas do FSM de que o FEM tem perdido crédito perante as sucessivas crises e desarticulações do sistema econômico mundial. Segundo esta visão, Davos sofreu uma enorme derrota, perdendo sua centralidade e sua força. O contraponto entre o FSM e o FEM se mantém, todavia, por que este último ainda recebe os chefes de estado que discutem os pontos que regulamentam o sistema capitalista.

econômica e das desigualdades e o ressentimento que ele provoca, já que as suas vítimas são sempre os moralmente mais honestos, os socialmente mais vulneráveis e os politicamente menos poderosos”. Da mesma forma, o segundo tema aponta o fato do modelo econômico capitalista, que assente na idéia de crescimento infinito, no uso indiscriminado dos recursos naturais, na privatização dos bens comuns (a água, o ar, a biodiversidade), no consumo como definidor de um estilo de vida alimentado pelo descarte prematuro de objetos, não ser apenas injusto como também insustentável trazendo ameaças irreversíveis para a sobrevivência da humanidade. Apesar do prognóstico pessimista, o autor afirma que esta condição pode também ser anunciadora de uma nova consciência planetária feita de convergências inovadoras entre saberes ancestrais (indígenas, camponeses, populares), inquietações ambientais e éticas feministas de cuidado. Enfim, sobre o terceiro tema, em se tratando dos sujeitos políticos capazes de dar continuidade às lutas pela transformação dos padrões de organização social, o autor verifica que este é o tema que obriga o FSM a refletir sobre si próprio. Assim, ele propõe as seguintes questões: como não desperdiçar a energia transformadora que ele gerou? Como construir alianças transcontinentais entre movimentos e partidos políticos convergindo em agendas realistas e portadoras de novas hegemonias? Como tornar o mundo menos confortável para o capitalismo predador? As respostas a estas perguntas devem ser buscadas pelo FSM, como sua ação prioritária.

O discurso de David Harvey no seminário, acompanhando a reflexão sobre o papel estratégico do FSM nas lutas sociais durante a última década, apresentou uma crítica à idéia obsessiva por crescimento econômico levada adiante mesmo entre os setores progressistas. Segundo Harvey, o mundo cresce a uma média de 2,5% desde 1750, quando um mínimo de 3% seria necessário para garantia de razoáveis condições de emprego e renda. Segundo sua análise, entretanto, para se manter essa taxa média de crescimento mundial, é preciso um investimento de US\$ 1,2 trilhões, de maneira que “fica cada vez mais difícil encontrar como e para onde crescer. É um problema de absorção de capital enorme. Temos que encontrar uma alternativa ao capitalismo, e as concepções mentais da esquerda têm que mudar”, afirma Harvey.

Como alternativa econômica ao capitalismo, tem destaque no interior do movimento altermundialista a opção pela Economia Social e Solidária. Sobre este

tema, portanto, Paul Singer (2010), por ocasião do mesmo seminário, destacou os importantes avanços que esta forma alternativa de mercado tem alcançado no Brasil e no mundo. Segundo ele, a Economia Solidária já representaria 1% dos setores econômicos, e os resultados das políticas estatais estariam mudando a forma de comunidades inteiras se relacionarem. Entretanto, Singer afirma que “o papel do estado na conformação dessa revolução social em andamento deve ser secundário. As iniciativas devem vir de baixo para cima”. Segundo o economista, as taxas de crescimento da economia solidária crescem de 20% a 30%, e isso não se deve às políticas governamentais, o que indica que outras formas de gerir a economia são possíveis e podem ser bem sucedidas. Desta forma, o FSM tem funcionado como espaço aglutinador de lutas diversas em torno da Economia Solidária, por perceber que esta opção econômica viabiliza a organização produtiva e emancipatória de diferentes tipos de sujeitos sociais que compartilham a condição de marginalizados social e economicamente.

Ainda, a reflexão apresentada por Francisco Whitaker (2010) sobre o processo FSM nos 10 anos de sua realização, por ocasião do seminário em questão, gira em torno da sua organização metodológica. Em sua visão, a opção por fazer do Fórum uma metáfora da “praça pública”, utilizada desde a sua criação, precisa ser mantida como sua metodologia fundamental. Isto porque, em resposta às sugestões de ampliar o protagonismo do Fórum diante da necessidade de enfrentar as urgências que a conjuntura social apresenta, Whitaker identifica que o papel de *espaço* aberto ao qual o FSM se destinou é a melhor forma de garantir que os atores isolados, já fortalecidos pelos 10 anos de articulação, reflexão e trocas, sejam capazes de produzir uma agenda unificada do movimento altermundialista. O autor diferencia, portanto, o FSM do movimento altermundialista, atribuindo àquele um papel estratégico de fortalecimento deste, sendo um espaço fundamental de articulação e organização deste movimento e criado, justamente, para tornar possíveis seus objetivos, desde as primeiras iniciativas de organização de ações anti-hegemônicas globais na década de 1990. Assim, o FSM funciona de forma a muni-lo com os recursos necessários às conquistas que seus atores pretendem alcançar. Em sua origem, segundo o autor, o FSM assumiu um lugar definido por um objetivo mais ou menos claro: “criar uma alternativa e contraponto a Davos, organizando nas mesmas datas um Fórum Mundial Social e não unicamente Econômico; passar a uma fase propositiva de

luta; reforçar a ação da sociedade civil – novo ator político que surgira – pela derrubada das barreiras que compartimentavam a ação de seus diferentes componentes.”

Para tanto, a metodologia utilizada nos encontros do Fórum foi sendo moldada, segundo o autor, pela própria prática e sugestões dos movimentos sociais, assim como pela percepção dos bons resultados que ela proporcionava: “a opção pela auto-organização das atividades neles desenvolvidas, dentro de um espírito de corresponsabilidade; a afirmação do respeito à diversidade como princípio básico; a garantia da horizontalidade e da igualdade de visibilidade na organização das atividades e nas relações dentro do Fórum; a recusa a se constituir em “movimento dos movimentos” que “representasse” a sociedade civil; a recusa a ter dirigentes, um documento final conclusivo e posicionamentos do Fórum enquanto Fórum, que levariam a disputas de poder dentro dele”.

Na concepção do autor, portanto, o objetivo geral do FSM continua sendo o mesmo de seu início: superar o neoliberalismo que desde a queda do Muro de Berlim tomou as rédeas da globalização e se mantém hegemônico. Esta tarefa pressupõe, naturalmente, a necessidade de se propor a afirmação de que um “outro mundo é possível”, o que levou a que se passasse a falar de “outra globalização” – que seria da solidariedade e não do capital – e de se construir alternativas concretas e viáveis para esta realização. Assim, o FSM se tornou naturalmente um instrumento a serviço da reflexão engajada do movimento altermundialista. Entretanto, diante de um certo desânimo experimentado após a edição de 2007 (Nairóbi) na qual a participação no Fórum baixou para quase metade do esperado – o que só foi modificado em 2009 com um novo recorde participativo em torno de 150 mil inscrições – e diante das angústias manifestadas pelos participantes em relação à necessidade de resultados palpáveis na luta contra o domínio neoliberal, houve um momento pelo qual o FSM foi questionado em relação ao significado de sua manutenção e à redefinição de seus objetivos e estratégias.

Assim, o autor identifica dois movimentos originados a partir destas motivações que propunham novas metodologias ao Fórum. De um lado, os adeptos da afirmação de que “não se pode ficar eternamente discutindo e discutindo, é preciso passar o mais depressa possível à ação” sugeriram que o FSM deveria ter como objetivo a própria ação, lançando ele mesmo ações

coletivas para superar o domínio neoliberal, ou seja, assumindo um papel mais protagônico nessa luta. Esta proposta, segundo o autor, ganhou mais força com a crise financeira de 2008 diante da qual parecia que o capitalismo estava prestes a ruir, e que teria chegado o momento da “virada”. De outro lado, verificou-se também o crescimento de grupos animados com os últimos resultados eleitorais na América Latina que elegeram governos afinados a ideologias da esquerda. Tais setores passaram a considerar que seria mais eficaz conquistar governos e atrelar a eles os movimentos sociais, de forma que o objetivo do FSM deveria ser, então, o de mobilizar a sociedade para esse objetivo, colocando-se a serviço do que chegou a ser chamado por alguns, segundo relembra o autor, de pos-altermundialismo. Entretanto, como nenhuma destas tendências e propostas prevaleceram, como afirma Whitaker, o FSM permanece seguindo sua função tradicional, compreendido como uma contínua criação de “praças públicas” de encontro e reflexão, do nível mundial ao nível local, com vistas à ação do altermundialismo, das quais possam nascer novas articulações que se expandam pelo mundo. Ao autor afirma, portanto, que foi dessa forma que foram sendo organizados os FSMs, cada um comportando algumas diferenças em relação ao anterior, a partir da experiência que ia sendo acumulada.

A vocação fundamental do FSM nesta nova década que se anuncia, para Whitaker, recai, assim, sobre a contínua necessidade de unificação das lutas para o fortalecimento do movimento altermundialista e de difusão das “praças públicas” pelo mundo, atingindo regiões com escassa cultura organizativa da sociedade civil. Estas estratégias viabilizam a construção de ações concretas frente ao modelo neoliberal e aprofundam a percepção do caráter fundamental dessas “praças” à consolidação democrática, constituindo-se, na visão do autor, como um Bem Comum da Humanidade.

Por fim, Cândido Grzybowski (2010), afinado a este posicionamento, apresenta sua compreensão do processo FSM ao longo dos 10 anos de sua existência, considerando-o segundo a metáfora de uma nova onda, uma onda da nascente *cidadania planetária*. “Mas ondas, como no mar, supõe umas seguindo outras, num movimento de fluxo e refluxo. Para que a primeira onda do FSM, de mobilização e do despertar da cidadania produza uma nova cultura política, que abrace o mundo em sua diversidade e dela tire força, é necessário que o fórum chegue a todos os cantos e povos, na imensa, populosa e complexa Ásia, no Leste

Europeu, no Mundo Árabe, no Caribe... enfim, falta muito mundo para o fórum ser realmente mundial.” Assim, esta nova onda, segundo o autor, pode ser viabilizada pela continuidade que os Fóruns Sociais Temáticos dão, com considerável periodicidade e numa amplitude geográfica relevante, aos eventos centralizados. Esta seria, sem dúvida, uma estratégia fundamental de desdobramento do processo FSM em sua ação futura.

Ainda segundo Grzybowski, o FSM, que teve origem na vibrante sociedade civil brasileira e conquistou, em seguida, a América do Sul, sendo um dos pivôs das mudanças políticas ali ocorridas, precisaria, nos próximos anos, chegar ao continente Europeu. Embora tenha sido sediado propositalmente no eixo Sul-Sul, o autor argumenta que sua criação se deve fortemente ao apoio dos europeus, especialmente da cidadania ativa, dos sindicatos, organizações e movimentos sociais da Europa latina. Desta forma, diante da enorme crise na Europa, com as esquerdas perdidas e incapazes de se entender, seria o momento das “galeras”, desta vez dos colonizados, voltarem em solidariedade aos seus antigos colonizadores.

Assim, de todas as reflexões apresentadas sobre o desenvolvimento do FSM no período de 10 anos, apesar das muitas conquistas observadas em relação ao fortalecimento da sociedade civil mundial e de uma *cidadania planetária*, ao aprofundamento das lutas anticapitalistas e ao adensamento do movimento altermundialista com a construção de uma plataforma de demandas unificadas sob uma agenda de ações globais e locais de caráter emergencial, foi unânime o diagnóstico de que ainda há muito a avançar para viabilizar as conquistas dos objetivos desejados por este movimento e que frente ao modelo econômico capitalista ainda não se apresentou uma alternativa real que condense as propostas contra-hegemônicas na produção de novas hegemonias. Portanto, seu trabalho continua, apontando na direção de solucionar estes impasses.

O FSM 2011, realizado novamente no continente africano, em Dakar, Senegal, detém o objetivo de dar continuidade a este processo. A estrutura temática desta edição é apresentada por 12 eixos, porém eles vêm acompanhados de descrições objetivas de subtemas e demandas específicas relacionadas a eles, de forma que seu texto completo aparenta como uma verdadeira declaração, assumindo um formato quase documental, tornando claro o desenvolvimento e aprofundamento dos temas durante o acúmulo proporcionado pela articulação e

reflexão do processo FSM ao longo dos anos. Esta estrutura é apresentada abaixo, tanto os eixos temáticos quanto suas explicações, de maneira a demonstrar o atual estado reflexivo e político utilizado pelo movimento altermundialista por meio do FSM. Cada conceito e menção a atores específicos dos movimentos sociais são cuidadosamente vinculados e posicionados em cada eixo, demonstrando a conquista de inúmeras demandas sociais anteriormente escanteadas sob demandas mais abrangentes e que, hoje, adquirem seu lugar central na representação da sociedade civil. Como veremos, as causas de grupos sociais como as minorias étnicas, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, as questões de discriminação de gênero e raça, detêm força no âmbito temático geral. Novos temas são, ainda, apresentados, com destaque para o eixo 11 “África e Diáspora” – atento ao enfrentamento das injustiças sociais históricas experimentadas desde a época do comércio escravocrata e que perduram até hoje – e ao eixo 12 “Mundo compartilhado” – que enfatiza a necessidade de construção de uma nova sociedade fundada na experiência coletiva real, baseada no compartilhamento dos bens e dos processos produtivos / deliberativos, de forma a superar o estilo de vida individualista e competitivo. A seguir, portanto, é apresentada a organização temática do FSM 2011.

Eixo 01: Dignidade e Diversidade

Por uma sociedade humana fundada sobre princípios e valores comuns de dignidade, diversidade, justiça, igualdade entre todos os seres humanos, independentemente dos gêneros, culturas, idade, deficiências, crenças religiosas, condições de saúde, e pela eliminação de todas as formas de opressão e discriminação baseadas no racismo, xenofobia, sistema de castas, orientação sexual e outros.

Eixo 02: Justiça Ambiental

Por uma justiça ambiental e por um acesso universal e sustentável da humanidade aos bens comuns, pela preservação do planeta como fonte de vida, especialmente da terra, da água, das sementes, das florestas, das fontes renováveis de energia e da biodiversidade, garantindo os direitos dos Povos Indígenas, originários,

tradicionais, autóctones, nativos, sem estado, quilombolas e ribeirinhos sobre seus territórios, recursos, línguas, culturas, identidades e saberes.

Eixo 03: Todos os direitos humanos

Pela aplicabilidade e efetividade dos direitos humanos - econômicos, sociais, culturais, ambientais, civis e políticos, incluindo os direitos da criança - especialmente os direitos à terra, à soberania alimentar, à alimentação, à proteção social, à saúde, à educação, à habitação, ao emprego, ao trabalho decente, à comunicação, à expressão cultural e política.

Eixo 04: Migrações e permanências

Pela liberdade de circulação e de estabelecimento de todas e todos, mais particularmente dos migrantes e solicitantes de asilo, das pessoas vítimas de tráfico humano, dos refugiados, dos Povos Indígenas, originários, autóctones, tradicionais e nativos, das minorias, pelo respeito de seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Eixo 05: Direito aos saberes e meios

Pelo direito inalienável dos povos ao patrimônio cultural da humanidade, pela democratização dos saberes, das culturas, da comunicação e das tecnologias, valorizando os bens comuns com a finalidade de dar visibilidade aos saberes subjugados, e pelo fim do conhecimento privado e hegemônico, e por mudanças fundamentais do sistema de direitos de propriedade intelectual.

Eixo 06: Mundo livre

Por um mundo livre dos princípios e estruturas do capitalismo, da opressão patriarcal, de todas as formas de dominação por potências financeiras, das transnacionais e dos sistemas desiguais de comércio, da dominação neocolonial e por dívidas.

Eixo 07: Justiça econômica

Pela construção de uma economia social, solidária e emancipatória, com padrões sustentáveis de produção e de consumo e um sistema de comércio justo que ponha fim ao produtivismo e coloque no centro de suas prioridades o equilíbrio de todas as formas de vida, as necessidades fundamentais dos povos e o respeito à natureza, garantindo sistemas de redistribuição mundial com taxas globais e sem paraísos fiscais, e por um modelo de produção e de consumo alimentar baseados na soberania alimentar que resiste ao modelo industrial, à monopolização das terras, à destruição das sementes nativas e dos mercados locais de alimentos.

Eixo 08: Democracia e participação

Pela construção e ampliação de estruturas e instituições democráticas, políticas e econômicas locais, nacionais e internacionais, com a participação dos povos nas tomadas de decisão e no controle dos assuntos públicos e dos recursos, respeitando a diversidade e a dignidade dos povos.

Eixo 09: Paz e autodeterminação

Pela construção de uma ordem mundial baseada na paz, justiça e segurança humana, no direito, ética e soberania, condenando as sanções econômicas, e pela autodeterminação dos povos, em especial dos povos sob ocupação e em situação de guerra e conflitos.

Eixo 10: África e Diáspora

Para a valorização das histórias de experiência e lutas da África e da Diáspora e da sua contribuição para a humanidade, e pelo reconhecimento da violência do colonialismo e neocolonialismo.

Eixo 11: Pensar outro mundo

Pela reflexão coletiva sobre os movimentos sociais, o processo do Fórum Social Mundial e as perspectivas e estratégias para o futuro, garantindo suas contribuições à realização efetiva de um outro mundo possível e urgente para todos e todas.

Eixo 12: Mundo compartilhado

Pela inter-aprendizagem de paradigmas alternativos à crise da civilização hegemônica da modernidade / colonialidade eurocêntrica, por meio da descolonialidade e socialização do poder, especialmente nas relações entre Estado-Mercado-Sociedade; os direitos coletivos dos povos, a des-mercantilização da vida e do "desenvolvimento", e a emergência de subjetividades e epistemologias alternativas ao racismo, eurocentrismo, patriarcado e antropocentrismo.

A noção de crise de civilização, fortalecida pelo movimento altermundialista desde o FSM 2009, assume em 2011 um lugar ainda mais central. Diante dos prognósticos catastróficos já conhecidos pelo movimento, porém negligenciados pela grande mídia hegemônica, o atraso nas políticas internacionais e nacionais em relação às medidas emergenciais a serem tomadas é fato preocupante e desanimador. O próprio termo “urgente” é utilizado na retórica do eixo 11, relacionado à necessidade de se “pensar outro mundo”. Às ameaças de desastres ambientais soma-se a noção de “justiça ambiental” apresentada no eixo 02, evidenciando o fato de serem as populações mais pobres e vulneráveis as mais afetadas diretamente pelo desequilíbrio natural, como comprovam os casos do furacão Katrina em Nova Orleans (2005) e do Tsunami no Sri Lanka (2004), cujo prejuízo humano só foi maior pela irresponsabilidade dos governos em proteger as populações atingidas.

Além da questão ambiental, reafirmam-se, ainda, os temas da democracia e participação, da paz e autodeterminação, dos migrantes, dos direitos humanos em todas as suas concepções, do acesso aos meios de comunicação e produção dos saberes, da justiça econômica, da liberdade e diversidade, da igualdade e dignidade e do acesso aos bens comuns da Terra e a sua proteção contra os interesses mercantis.

Sobre o FSM 2011, o sociólogo Cândido Grzybowski (2011) destaca a importância simbólica e política de olhar o mundo a partir da África. Segundo ele, a diáspora africana, sob forma de tráfico negreiro de escravos, junto com a conquista, colonização e domínio de povos inteiros pelo mundo, é parte constituinte da civilização moderna, uma de suas condições históricas fundamentais da expansão capitalista, criando países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos. A crise de civilização de hoje, neste sentido, não pode ser entendida sem levar em consideração esta civilização industrial, produtivista, mercantilista e consumista, que gerou uma África pobre e dependente. O autor afirma que a diáspora, sob forma de migração, continua até hoje. O continente africano ainda é celeiro de mão de obra e seus imensos recursos naturais continuam sendo estratégicos aos olhos de grandes conglomerados capitalistas e dos governos imperialistas. A realização deste último FSM na África vem afirmar, portanto, o protagonismo desta região em relação às lutas por emancipação social e pela substituição do sistema-mundo atual, explorador e injusto, por outro mais igualitário e compreensivo.

O ano de 2012 não terá a realização de um FSM centralizado, obedecendo ao padrão adotado a partir de 2007 de realização binária destes eventos. A movimentação da sociedade civil mundial, entretanto, continua em franca atividade, dentro os fóruns temáticos, regionais, nacionais e locais sob a orientação da Carta de Princípios do FSM. Em especial, terão destaque as atividades preparatórias que desde já mobilizam diversos tipos de atores sociais para o encontro Rio + 20, em menção aos 20 anos desde a realização da Eco 92 na cidade do Rio de Janeiro. Este encontro, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), tem o objetivo específico de definir metas para a efetivação das políticas de desenvolvimento dos países de acordo com as prioridades e as emergências da questão ambiental. Assim, o tema do meio ambiente é mais uma vez reafirmado no debate público, tornando-se a principal via de crítica e acusação frente ao sistema capitalista, segundo as necessidades urgentes de mudança dos padrões produtivos e de consumo, além de indicar a necessária transformação de paradigmas societários rumo a uma experiência comunitária de vida em sociedade.

Desta forma, o FSM continua seu percurso, adensando e fortalecendo o discurso e as práticas do movimento altermundialista frente à conquista dos seus

objetivos. Talvez este seja seus principais resultados: oferecer ao mundo a utopia crítica mencionada por Boaventura Sousa Santos (2005), proporcionar o espaço favorável ao desenvolvimento de novas práticas e alternativas viáveis de reorganização social, tecnológica, política, econômica e cultural, e, ainda, vislumbrando novos horizontes de possibilidades antes de todos os olhos, contribuir para a divulgação e experimentação das novas práticas e novos ideais de modo a auxiliar sua abertura diante do espetáculo de criação de novas formas de organização social. Ao menos, a promessa utópica que este movimento visa representar, apesar de todas as críticas e dificuldades que se imponham em seu processo experimental, tem ecoado com considerável êxito dentre um grupo cada vez mais amplo de “desbravadores de um outro mundo”.

A análise do desenvolvimento temático do FSM durante estes 11 anos desde sua criação, tendo se focado nos conteúdos principais de cada edição, pode constatar uma construção paulatina de uma agenda global de lutas legitimada pelo processo duradouro de reflexão e experimentação praticado em seu interior. Desta forma, mesmo não se constituindo um ator político específico direcionado concretamente à esfera pública, este espaço tem sido fundamental para a coesão do movimento altermundialista, com respeito às suas mais variadas partes e vertentes. Mesmo sujeito a críticas por não se propor a atuar como mais do que este espaço, o FSM aparenta, por enquanto, priorizar justamente a preservação da pluralidade presente na sociedade civil mundial, trabalhando para unificá-la, seja por suas particularidades e seja por suas generalidades, aos amplos questionamentos de ordem humanitária e planetária.